



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JÉSSICA ÉVENY CARDOSO MARTINS

**ERNANI SÁTYRO: manifestações políticas, interesses oligárquicos e
participação nos jogos de poder da Paraíba (1963-1975)**

CAJAZEIRAS-PB

2023

JÉSSICA ÉVENY CARDOSO MARTINS

ERNANI SÁTYRO: manifestações políticas, interesses oligárquicos e participação nos jogos de poder da Paraíba (1963-1975)

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Silvana Vieira de Sousa

CAJAZEIRAS-PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

M386e Martins, Jéssica Éveny Cardoso.
Ernani Sátiro: manifestações políticas, interesses oligárquicos e participação nos jogos de poder da Paraíba (1963-1975) / Jéssica Éveny Cardoso Martins. - Cajazeiras, 2023.
80f. : il. -
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa.
Monografia (Licenciatura em história) UFCG/CFP, 2023.

1. Ditadura militar. 2. Ernani Ayres Sátiro e Sousa - manifestação política. 3. História política. 4. História local - questões políticas. 5. Oligarquia. 6. Sousa, Ernani Ayres Sátiro e. (1911-1986) . 7. Político paraibano- atuação. 8. História da Paraíba - 1964-1975. 9. Filiações partidárias. 10. Relações de poder. I. Sousa, Silvana Vieira de. II. Título.

UFCG/CFP/BS CDU- 321.6



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
COORDENACAO DE GRADUACAO EM HISTORIA
Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n, - Bairro Casas Populares, Cajazeiras/PB, CEP 58900-000
Telefone: (83) 3532-2000 - Fax: (83) 3532-2009
Site: <http://www.cfp.ufcg.edu.br> - E-mail: cfp@cfp.ufcg.edu.br

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – CGHIS-CFP, REALIZADA EM 15/06/2023

Ao décimo quinto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, na sala 105 do Bloco Paccelli, do Centro de Formação de Professores, da UFCG, estiveram reunidos(as), sob a presidência da professora-orientadora **Dra. Silvana Vieira de Sousa**, a Profa. **Dra. Ana Lunara da Silva Moraes** e **Prof. Ms. Francinaldo de Souza Bandeira**; e a discente **JÉSSICA ÉVENY CARDOSO MARTINS** (matrícula **218130409**). Foi instalada a sessão pública para julgamento da monografia de conclusão de curso (TCC) do Curso de Licenciatura em História, elaborada pelo(a) referido(a) discente, intitulada: **“ERNANI SÁTYRO: MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS, INTERESSES OLIGÁRQUICOS E INSERÇÃO NOS JOGOS DE PODER DA PARAÍBA NO PERÍODO DE 1964 A 1975”**. Após a abertura da sessão, a presidente da banca julgadora deu seguimento aos trabalhos, apresentando os(as) demais examinadores(as). Foi dada a palavra à autora, que expôs seu trabalho e, em seguida, ouviu-se a leitura dos respectivos pareceres dos(as) integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da discente. Ao final, reunida em separado, a banca APROVOU a monografia atribuindo a nota 10,0 (dez) ao trabalho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito. Cajazeiras, 15 de junho de 2023.

[OBSERVAÇÕES DA BANCA, SE HOUVER]



Documento assinado eletronicamente por **ANA LUNARA DA SILVA MORAIS, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO**, em 16/06/2023, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVANA VIEIRA DE SOUSA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 18/06/2023, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Eveny Cardoso Martins, Usuário Externo**, em 18/06/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCINALDO DE SOUZA BANDEIRA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 28/06/2023, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3480020** e o código CRC **77FE40DF**.

ERNANI SÁTYRO: manifestações políticas, interesses oligárquicos e inserção nos jogos de poder da Paraíba (1963 a 1975)

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Vieira de Sousa

Aprovado em: ____/____/____

Prof.^a Dr.^a Silvana Vieira de Sousa (Orientadora)

Prof. Dr. Francinaldo de Souza Bandeira
(Examinador Interno)

Prof.^a Dr.^a Ana Luana da Silva Morais
(Examinadora Interna)

Prof.^a Dr.^a Osmar Luiz da Silva Filho
(Suplente)

CAJAZEIRAS-PB

2023

Dedico este trabalho à minha mãe, por todo apoio prestado a mim, durante os meus estudos e anos de graduação. Amo-te.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por ter me dado forças diante das circunstâncias que apareciam no meu caminho e, ainda assim, não me deixou desistir, permitindo concluir este trabalho.

Aos meus pais, por todo o apoio, em especial à minha mãe que, mesmo diante das dificuldades, nunca permitiu que eu desistisse, esteve sempre me apoiando nessa caminhada, acreditando no meu potencial e sonhando junto comigo. Amo-te, você é meu tudo.

Ao meu irmão Jeyvison, que sempre esteve ao meu lado, demonstrando o seu amor da sua forma. Te amo meu irmão, e quero te apoiar sempre no seu sucesso.

Ao meu namorado, Netinho, que esteve sempre ao meu lado nos momentos difíceis, de alegrias e angústia, me apoiando, compreendendo, sempre acreditando em mim como também no meu potencial e me acolhendo diante do processo deste trabalho. Amo-te.

À minha orientadora, por me acolher em uma fase difícil durante a escrita deste trabalho, obrigada por toda paciência, apoio e dedicação. Você foi essencial.

A minha banca, obrigada por ter aceitado participar desse momento tão importante, especial e único na minha vida.

Aos meus professores do Centro de Formação de Professores, que contribuíram no meu processo de formação.

Agradeço a minha sogra, Raniedja, pela oportunidade, e que a partir dos seus conselhos fez eu me encontrar e sentir-se realizada na profissão, e ter plena certeza da escolha que fiz, obrigada por todo apoio, carinho e incentivo nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

Agradeço a minha família, e as minhas tias Nobya e Erivânia por acreditarem em mim e sonhar junto comigo nessa trajetória.

Aos meus amigos de turma: Aline, Camila, Cristiano, Pedro Henrique, Ruy, Miquéias, que compartilharam de muitos momentos no Campus e na vida, e em especial a, Larissa e Wellington, que vivenciaram os dias ruins e felizes na universidade, e acompanharam meu processo de evolução.

Ao meu amigo Everson, que sempre esteve ao meu lado desde o primeiro dia de aula, até essa reta final, caminhando e observando o meu processo de evolução, e sempre acreditando em mim e nos meus resultados.

A minha amiga Victória, pessoa que pude ter uma ligação forte, criando uma amizade

verdadeira, e que foi um anjo nessa reta final, um anjo em forma de ser humano na minha vida, gratidão por tudo que fez por mim, e pelas palavras de incentivo.

As minhas amigas que participaram desse caminho e estiveram comigo nos dias ruins: Morganna, Bia, Syria e Ana.

Aos meus queridos alunos que acreditam em mim, e compreendem os meus dias difíceis.

Agradeço aos programas de assistência estudantil que permitiram que eu chegasse até aqui.

E todos aqueles que contribuíram de alguma forma nesse processo longo e árduo, mas que no fim, é gratificante.

*“Enquanto os homens exercem seus poderes
poderes, morrer e matar de fome, de raiva e de
sede são tantas vezes gestos naturais.”*

(Caetano Veloso)

RESUMO

Este estudo mostra a atuação do político paraibano Ernani Ayres Sátyro e Sousa (1911-1986) e os jogos de poderes por ele exercidos no período de 1963-1975. Compreendendo as suas movimentações desde sua posição enquanto homem da elite social, latifundiário, de linhagem familiar inserida nas relações de poder no sertão paraibano, como também, entender as particularidades da política e parentela. Para isso, retornaremos ao cenário econômico-social da Paraíba desde os anos 30, aos acontecimentos que possibilitaram a figura deste estudo ter atuação intensa no campo político estadual e nacional. Abordamos questões que problematizam seu lugar de oligarca, suas aproximações, suas dissidências e suas interferências na arena política que marcaram suas filiações partidárias, seus percursos distintos como seus discursos e posicionamentos no período da chamada Ditadura Militar brasileira. Analisando a participação de Sátyro no pré-golpe, perpassando pelo apoio durante o processo de mudanças políticas em 1964, discutiremos a respeito do “declínio” no cenário político até a sua ascensão na sociedade, bem como entender as ações que lhe concedeu o cargo de Governador da Paraíba. Sob o ponto de vista da abordagem, trata-se de uma pesquisa exploratória e de revisão bibliográfica, com suporte teórico na chamada Nova História Política, e dialoga com os autores como Dreifuss (1988) Fico (2004), Foucault (1999), Gurjão (1994), Lewin (1993) e Mendes (2019). Dessa forma, trabalharemos com livros que possuem conteúdos acerca da sua bibliografia política, onde contém todos os seus discursos enquanto parlamentar, são eles: “Perfis Parlamentares, Ernani Sátyro, nº61” (2011), “Tradição e Renovação” (1994). Como também, utilizaremos outro aporte documental como os jornais de circulação na Paraíba nos períodos trabalhados, como “Diário da Borborema”. “A União”. Por fim, usaremos a Fundação Ernani Sátyro (FUNES) para compreender o seu lugar de memória na sociedade. Assim, trata-se de um estudo de história local e história social com o foco nas questões políticas, partidárias, os interesses, e as relações de poder dominantes na sociedade.

Palavras-chave: Ernani Sátyro; História Política; História Local; Oligarquia; Ditadura Militar.

ABSTRACT

This study shows the performance of the Paraíba politician Ernani Ayres Sátyro e Sousa (1911-1986) and the power games he exercised in the period 1964-1975. Understanding his movements from his position as a man of the social elite, landowner, of family lineage inserted in the power relations in the sertão of Paraíba, as well as understanding the particularities of politics and kinship. For this, we will return to the economic and social scenario of Paraíba since the 30s, to the events that made possible the figure of this study to have an intense performance in the state and national political field. We address issues that problematize his place as an oligarch, his approximations, his dissidence and his interference in the political arena that marked his party affiliations, his distinct paths as his speeches and positions in the period of the so-called Brazilian Military Dictatorship. Analyzing Sátyro's participation in the pre-coup, passing through the support during the process of political changes in 1964, discussing the "decline" in the political scene until his rise in society, as well as understanding the actions that granted him the position of Governor of Paraíba. From the point of view of the approach, it is an exploratory research and bibliographic review, with theoretical support in the so-called New Political History, and dialogues with authors such as Dreifuss (1988) Fico (2004), Foucault (1999), Gurjão (1994), Lewin (1993) and Mendes (2019). In this way, we will work with books that have content about his political bibliography, which contains all his speeches as a parliamentarian, they are: "Parliamentary Profiles, Ernani Sátyro, nº61" (2011), "Tradition and Renovation" (1994). As well, we will use another documentary contribution such as the newspapers circulating in Paraíba in the periods worked, such as "Diário da Borborema". "The Union". Finally, we will use the Ernani Sátyro Foundation (FUNES) to understand its place of memory in society. Thus, it is a study of local history and social history with a focus on political, party, interests, and dominant power relations in society.

Keywords: Ernani Sátyro; Political History; Local History. Oligarchy. Military dictatorship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional .

CEVPM-PB - Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

DOI-CODI - Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social.

FUNES - Fundação Ernani Sátiro

LSN- Lei de Segurança Nacional

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PCR- Partido Comunista Revolucionário

PSD- Partido Social Democrata

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SNI- Serviço Nacional de Informação

STM - Supremo Tribunal Militar

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUPLAN - Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Ministro do Supremo Tribunal Militar	48
Figura 02 – BR- 230 - SAPÉ	53
Figura 03 – Construção do Centro Administrativo	55
Figura 04 – Inauguração do estádio Almeidão - 1975	55
Figura 05 – Inauguração dos conjuntos habitacionais	56
Figura 06 – Centro Administrativo Integrado	57
Figura 07 – Galpões Multifabris da Cinep	57
Figura 08 – Inauguração de obras - Suplan	58
Figura 09 – Cagepa	58
Figura 10 – Prédio da gráfica e editora A União	60
Figura 11 – Fundação Ernani Sátyro	61
Figura 12 – Local de condecorações de Ernani Sátyro na FUNES.	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - UMA QUESTÃO, UMA MOTIVAÇÃO.....	1
1. CAPÍTULO I - APRESENTANDO O OBJETO DE ESTUDO: A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DE ERNANI SÁTYRO.....	5
2. CAPÍTULO II - O CENÁRIO ECONÔMICO-SOCIAL E O PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL: OS JOGOS DE INTERESSE E PODER NA POLÍTICA NOS ANOS DE 1964 A 1986.....	13
2.1 O CONTEXTO DA ECONOMIA PARAIBANA E A ATUAÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS ESTADUAIS.....	13
2.2 O PODER OLIGÁRQUICO: CONSOLIDAÇÃO E OS MECANISMOS DE SUA PRESERVAÇÃO.....	15
2.3 POLÍTICA E PARENTELA: O CONTROLE DE ALGUNS NÚCLEOS DE FAMÍLIAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA.....	16
2.4 A ATUAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA SÁTYRO A PARTIR DA CIDADE DE PATOS NO ESTADO DA PARAÍBA E A SUA REPRESENTAÇÃO... 20	
2.5 O CONTEXTO DA POLÍTICA PARAIBANA PRÉ-GOLPE DE 1964.....	22
2.6 OS MOVIMENTOS DE JOÃO AGRIPINO NOS ANOS DE 1966 ATÉ 1971 NO CENÁRIO POLÍTICO PARAIBANO.....	25
3. CAPÍTULO III - A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ERNANI SÁTYRO A PARTIR DOS ANOS 1963: SEUS INTERESSES E SUAS ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO NA ESFERA POLÍTICA.....	29
3.1 OS POSICIONAMENTOS DE ERNANI SÁTYRO PRÉ-GOLPE CONTRA A REFORMA AGRÁRIA E O GOVERNO JOÃO GOULART.....	29
3.2 DITADURA MILITAR E A SUA CONSOLIDAÇÃO.....	35
3.3 ERNANI SÁTYRO E O JOGO DE INTERESSES NO CAMPO POLÍTICO DURANTE A DITADURA MILITAR.....	39
3.4 DO “DECLÍNIO” NO CENÁRIO POLÍTICO A ASCENSÃO DE ERNANI SÁTYRO.....	45
3.5 O GOVERNO SÁTYRO NOS ANOS DE CHUMBO: MANIFESTAÇÕES E POSICIONAMENTOS ENQUANTO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA... 48	
3.6 ERNANI SÁTYRO: O AMIGÃO DO POVO OU OLIGARCA MODERNO?.....	52
3.7 A IMPORTÂNCIA DA IMPRENSA NA MANUTENÇÃO DA MEMÓRIA DE SÁTYRO NO SERTÃO PARAIBANO.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66

INTRODUÇÃO - UMA QUESTÃO, UMA MOTIVAÇÃO

Inserida no campo dos estudos da Nova História Política, a questão norteadora desta monografia é discutir por meio do estudo da trajetória política de Ernani Sátiro, um outro lado da versão dos vencedores de 1930 no Brasil e na Paraíba, voltados para questões políticas, sociais e econômicas, especialmente no que representa o discurso de uma Paraíba moderna por novos políticos adeptos da industrialização, da melhoria na economia e melhorias no jogo político com a moralização. Pois, essa apresentação estava mais no papel do que na realidade sendo percebida, mesmo quando alguns administradores mudavam um pouco do seu discurso. Na prática, sendo eles pouco se voltavam para o social, a exemplo dos administradores aqui estudados como Pedro Gondim, João Agripino e Ernani Sátiro que ainda se colocaram como administradores oligarcas que atendiam mais aos seus interesses que aos interesses coletivos.

Nesse sentido, a motivação para este trabalho é também discutir o papel das oligarquias locais no estado da Paraíba, e entender a respeito da política de parentela no Estado, em especial aquela na qual se movimentou o sujeito central deste estudo: Ernani Sátiro e assim, entendendo as movimentações das elites latifundiárias, na qual o objeto deste estudo está inserido, os processos de manutenção de poder local, como também a questão econômica e social da Paraíba desde a década de 1930 até após a instauração do Regime Militar, já que parte de sua trajetória e ação se concentra no período ditatorial, entre 1964 a 1975, e, nessas linhas que seguirão estará os discursos, posicionamentos e manifestações de Sátiro diante desse cenário político.

Desse modo, olhar a política nacional é fundamental para que possamos compreender como a configuração do contexto político nacional reflete na política estadual, sendo, pois, fundamental para que possamos compreender como ocorriam as influências entre ambas, nas questões políticas, em especial as estaduais. Nesse sentido de análise regional, as figuras políticas do Congresso Nacional vinculam seus interesses particulares com o poder e partilham dessa cultura política, bem como os benefícios que caminham nessas relações de domínio.

Como ponto de partida para as discussões em torno da história de Sátiro, focaremos nos seus discursos que foram reunidos na obra “Tradição e Renovação”, organizada por Flávio Sátiro, seu sobrinho que observou e participou das movimentações de Ernani Sátiro enquanto político, e lançada em 1994, na Fundação Ernani Sátiro, FUNES. Segundo Ana Victoria Medeiros de Oliveira (2020) a instituição FUNES é um local determinado na

manutenção da imagem de Ernani Sátyro, e voltado para interesses de terceiros, sejam eles famílias, amigos, ou pessoas de influências nas questões políticas e sociais. Elaborada uma narrativa pensada, com aspectos necessários para a memória ser utilizada no tempo presente, com finalidade de criar um cenário acerca do patrono, a partir das seleções de momentos e acontecimentos, criando um mito político como uma forma de permanência da imagem do mesmo, e a manutenção e a sua parentela, no sertão paraibano a partir das suas ações enquanto político.

Todavia, não procuramos no trabalho desconstruir a imagem e a história do político Ernani Sátyro, parlamentar, natural de Patos-PB, mas, refletir acerca dos caminhos trilhados por ele, que levaram na direção e construção de uma imagem de um político de posição importante na história local, regional e nacional. Ou seja, Ernani Sátyro, enquanto parlamentar, atuou nos jogos de poder político no Estado, como político que agiu e promoveu-se até diante no cenário da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Movimentando-se sempre a partir da busca de atender os seus interesses particulares.

No que diz respeito ao poder, Foucault (1999) discute que o poder é instituído na sociedade e nos meios devido às reproduções de discursos e representações de figuras de grande relevância na sociedade, sejam elas postas pelas instituições, escolas, quartéis ou pessoas. Ou seja, existe uma obrigatoriedade de difusão dos discursos por instituições, e organizações, pensando nas formas em que a sociedade se coloca diante dos mesmos. Nessa perspectiva, as relações de poder se tornam mais efetivas, diante das falas reproduzidas e para quem é voltado, bem como as formas de propagação. Existindo sempre nessas relações o mandante e o mandatário e as diversas ligações de comando e comandado, para assim ocorrer a efetivação do poder.

Como mencionado, este trabalho se insere no campo da Nova História Política, na qual incorpora temáticas contemporâneas, revalorização de análises qualitativas, juntamente com as questões culturais. Desse modo, a política introduz o estudo das relações de poder na sociedade, e ao mencionar questões a respeito da Nova História Política, Foucault enfatiza a ideia de poder e as suas relações. Para o autor:

O poder não é senão um tipo particular de relações entre indivíduos. [...] O traço distintivo do poder é que alguns homens podem mais ou menos determinar inteiramente a conduta de outros homens – mas nunca de maneira exaustiva ou coercitiva. Um homem acorrentado e espancado é submetido à força que se exerce sobre ele. Não ao poder. Mas se pode levá-lo a falar, quando seu último recurso poderia ser o de segurar sua língua, preferindo a morte, é porque o impeliram a comportar-se de uma certa maneira. Sua liberdade foi sujeitada ao poder. Ele foi submetido ao governo (2006, p. 385).

Assim sendo, Foucault afirma que o poder é existente devido às condições que os indivíduos se colocam em uma sociedade. Portanto, no que se refere a História Política contemporânea, a mesma discute e se relaciona com outros campos, a exemplo da política e cultura, sociedade, economia, religião, etc. Permitindo criar relações nos campos históricos e sociais, bem como aumentando cada vez mais o repertório da História Política, tornando-se mais “dinâmico” e sólido. Também, é importante registrar que o interesse deste estudo surgiu a partir da vontade de nos aprofundarmos na História Política regional, e entender como funcionavam as questões de política e parentela dos sertões, reflexo de uma gama de movimentações das relações sociais e posições na sociedade. Após estudos nas disciplinas de História do Brasil, e História da Paraíba, no curso de História da UFCG, levou-me a querer aprofundar nessas questões de vínculos, poder, oligarquia, e como funcionavam os jogos de interesses no cenário político nacional, e os reflexos que se evidenciam até os dias atuais.

Desse modo, a indagação de encontrar um político paraibano, que participou de diversos momentos no meio político, de linhagem familiar influente, não só no Estado, mas no sertão paraibano e que se beneficia ocupando o maior cargo na sua carreira, de governador da Paraíba, em um dos momentos mais sombrios da história do Brasil, a Ditadura Militar. A pesquisa segue esses questionamentos, com finalidade de entender o contexto histórico e o cenário político não só do país, mas também de um local mais próximo, o sertão da Paraíba.

Mediante o exposto, para compreender as questões acima citadas, esse estudo foi constituindo-se a partir de leituras de documentos como: cartas e telegramas, periódicos, biografias da sua trajetória política como “Perfis Parlamentares, Ernani Sátiro, nº61” (2011), “Tradição e Renovação” (1994) e discursos proferidos enquanto deputado federal entre 1961 e 1967 necessários para a constituição de conhecimentos acerca de Ernani Sátiro figura principal deste estudo. Assim, no decorrer da escrita, fomos tentando responder questões importantes que se colocavam: Como Ernani Sátiro conseguiu crescer economicamente e politicamente durante o Regime Militar? Quais movimentações foram feitas pelo oligarca para a manutenção da sua linhagem no poder? Quais foram seus jogos de relações e poderes na política paraibana?

Nesse sentido, o trabalho está organizado em três capítulos: no capítulo I, intitulado “Apresentando o objeto de estudo: a história e historiografia da trajetória política de Ernani Sátiro”, está contida a delimitação e problematização do estudo, a discussão teórico-metodológica e a apresentação do objeto de estudo deste trabalho. No Capítulo II, intitulado “O cenário econômico paraibano e a Ditadura Militar no Brasil: os jogos de interesse e de poder na política nos anos de 1964 a 1986”, dividido em quatro subitens,

discutiu-se a trajetória política de Ernani Sátyro, e o cenário econômico da Paraíba, destacando as condições econômicas e sociais desde o século XIX até o início do século XX, retratando o cenário das secas, das produções açucareiras e algodoeiras, bem como os comportamentos das oligarquias em busca da manutenção de poder.

No Capítulo III intitulado: “A atuação política de Ernani Sátyro a partir dos anos 1963 seus interesses e suas estratégias de manutenção na esfera política”, que compreende a inserção de Ernani Sátyro na política do Estado da Paraíba nos anos de 1964 a 1975, enfatizando o período principal desta pesquisa, a Ditadura Militar no Brasil, e como a mesma se consolidou no Brasil através de uma elite empresarial, e latifundiária. Neste capítulo, ainda destacou os discursos e movimentações como também as dissidências da figura central deste estudo considerando suas filiações e oposições; bem como a construção de sua imagem e do seu nome no meio político a partir dos jogos de poder deste período.

1. CAPÍTULO I - APRESENTANDO O OBJETO DE ESTUDO: A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DE ERNANI SÁTYRO

“Contradições” e “manifestações políticas” são expressões que cabe colocar para o que foi a vida política de Ernani Ayres Sátyro e Sousa (1911-1986), considerado político da Paraíba e do cenário nacional, sobretudo nos anos de 1963 a 1975. Nascido na cidade de Patos-PB, no dia 11 de setembro de 1911, descendente de pais fazendeiros, Sátyro estudou até seus onze anos de idade no Sertão paraibano e, logo em seguida, mudou-se para João Pessoa - PB, onde concluiu seus estudos. Em março de 1930, Sátyro foi para Pernambuco, onde cursou Direito, e passou a colaborar com o Jornal *A União*.

Como jovem estudante universitário, Sátyro participou de diversas causas políticas, fazendo parte de movimentos estudantis contra o governo Vargas (1933), lutando por melhorias sociais. Ingressou no meio político fazendo alianças com partidos que se colocavam como anti populistas e, em 1965, trocou de partido, fazendo parte da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), juntamente dos militares, passando a adotar novas ideias e posicionamentos. Essas questões, somadas ao fato de que Sátyro é considerado por muitos como “descendente do coronelismo”, homem patriarcal que dava muito valor à família, nos motivaram a problematizar a trajetória dessa figura pública. Proposta que se consolidou após termos contato com a obra de Valber Mendes (2019), para quem Ernani Sátyro foi um “homem da revolução”, e que, no ponto de vista político-social, não tinha receio de expor suas opiniões, como também, de fazer as suas movimentações acerca dos seus interesses, onde o mesmo ocupou cargos importantes na política.

Valber Mendes (2019) especifica duas importantes fases na atuação política de Sátyro: a primeira se refere a sua ruptura com o partido que era aliado (UDN), em 1964, suas atitudes, a quem apoiava etc.; e a segunda se refere às participações de Sátyro durante o período “repressivo” na Paraíba, os conhecidos “anos de chumbo”, como membro da ARENA e apoiador da ditadura, causando profundos danos à sociedade. De acordo com essa compreensão, inicialmente, buscou-se problematizar a vida pública e política de Sátyro, os acontecimentos que o envolveram e as consequências de suas alianças, oposições e mudanças de partidos para os jogos políticos do seu tempo. Posteriormente, delimitou-se como foco analítico o período da chamada Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), contexto no qual Sátyro foi governador do Estado da Paraíba (1971-1975).

Assim sendo, o presente trabalho tem como foco principal, problematizar a atuação política de Ernani Sátyro, considerando a sua inserção nos jogos de poder da sua época, as

aproximações, dissidências e interferências que marcaram suas filiações partidárias e o lugar por ele assumido no contexto da Ditadura Militar brasileira (1965-1985). Neste sentido, objetivou-se apreender a trajetória política de Ernani Sátiro, e seu deslocamento do Partido União Democrática Nacional (UDN), para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), após a queda de João Goulart (1964); compreender a inserção de Ernani Sátiro na política do Estado da Paraíba nos anos de 1964 a 1975, considerando os discursos e posicionamentos contra Jango e as reformas de base, suas filiações e oposições; como também a construção de sua imagem e do seu nome no meio político a partir dos jogos de poder deste período. Problematizar até que ponto os discursos enunciados por Ernani Sátiro, enquanto governador da Paraíba nos anos de 1971-1975, se coadunam com as imagens e memórias construídas a seu respeito.

Partimos da figura de Ernani Sátiro como um político que se tornou conhecido no Estado Paraibano por conta de sua linhagem familiar ser totalmente contra os partidos ditos conservadores, e muitas vezes “tomar a frente” de manifestações, sendo muito bem exposto seu posicionamento antes e durante a Ditadura Militar, movimentando-se sempre em busca de atender os seus interesses, se beneficiando e se aliando com os militares, e maiores nomes naquele período, considerado um dos piores no cenário político Brasileiro. Conquanto, vale salientar que esse processo marcou a história brasileira e gerou resquícios que são vividos até os dias de hoje, como o enriquecimento de uma elite que apoiou o golpe e que se beneficiou do mesmo em defesa dos seus interesses internos.

Através da pesquisa com foco nas questões abordadas, conforme apontado acima, pode-se destacar um olhar sobre a atuação de Ernani Sátiro no período estudado, isto é, a pesquisa tornou-se viável por existirem fontes que nos auxiliaram a responder às nossas indagações, e por ser executável no tempo disponível para a realização da pesquisa com base nas fontes e da escrita do TCC (de junho de 2022 a junho de 2023). A partir dos argumentos citados, para que se entenda melhor o processo em análise, é necessário refletir sobre a história desse período (1964-1975), e verificar como tais questões são pontuadas pela historiografia. Neste sentido, pretendeu-se desenvolver uma pesquisa qualitativa exploratória como forma de problematizar a inserção de Sátiro nos jogos de poder da sua época.

Para a revisão bibliográfica e a fundamentação teórica foram utilizados autores como: Fico (2004), Carvalho (2002), Remond (1996), Chagas (2014), Reis (2014), Mendes (2019), Foucault (1979, 1997, 2008, 2011), Gurjão (1994), Levin (1941), entre outros. A partir de algumas leituras, que suscitaram indagações sobre a atuação de Ernani Sátiro, enquanto um político que se destacou em vários períodos no sertão e no Estado da Paraíba,

problematizamos a inserção deste indivíduo nos jogos de poder da sua época, mapeando aproximações e interferências que marcaram seus momentos e a sua atuação governamental, sobretudo durante o período da Ditadura Militar brasileira, nestes termos, as suas posições e filiações partidárias nas relações de poder por ele exercidas. Para refletir sobre a política paraibana no período (1964-1975) analisamos, não apenas o autoritarismo que se configurou no cenário político brasileiro, mas a verificação de como tais questões são pontuadas pela historiografia e como se configuraram os jogos de poder que foram exercitados neste contexto. Deste modo, esta proposta se insere no âmbito da Nova História Política, tomando por base o que preconiza Remond quando afirma que embora o campo da política e das mudanças que afetam a sociedade e proponha explicá-las, as abordagens historiográficas neste campo também passam por mudanças ao longo do tempo (Cf. RÉMOND, [1988], 1996, p.13-14).

Mediante o exposto, para Barros (2005, p. 233):

[...] enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (sob a condução ou interferência dos “grandes homens”), já a Nova História Política que começa a se consolidar a partir dos anos 1980 passa a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes presentes na vida cotidiana).

Nessa perspectiva, Falcon (1997, p. 76) adverte que:

O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

Assim sendo, essa corrente teórica não vai discutir apenas sobre política, mas sim apresentar informações acerca das transformações, ações, posicionamentos de uma sociedade e os seus resultados acerca dessas modificações. Como os discursos são colocados e como é trabalhado juntamente com as memórias ou representações descritas, de modo que sejam consideradas não apenas questões que vão além de pensar o poder com foco na estrutura política, mas, sim como uma relação de força.

A partir dessa compreensão, para trilhar o caminho percorrido por Ernani Sátyro no exercício da política paraibana, é preciso definir o que se entende por poder. Para Max Weber, um dos principais expoentes da chamada tradição clássica da Ciência Política, “[...] poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que

contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1984, p. 43). Destarte, evidencia-se o poder na qualidade de algo que se detém de modo coercitivo, através da capacidade de disposição sobre os meios que permitem influenciar a vontade de outrem, seja através do consentimento ou da coerção. Neste caso, o Estado é considerado como detentor exclusivo de tal prerrogativa.

De maneira diversa, Pierre Bourdieu (1989), ao deliberar sobre o poder simbólico dispõe que:

[...] o fato de que a ordem do mundo, tal como está, com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, em sentido próprio ou figurado, suas obrigações e suas sanções seja grosso modo respeitada, que não haja um maior número de transgressões ou subversões, delitos e ‘loucuras’. [...] que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. (BOURDIEU, 2002, p. 10).

Abordando conceitos como o capital social e o cultural, Bourdieu defende que o poder se expressa nas formas mais sutis, senão, vejamos:

[...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes são sujeitos ou mesmo o exercem”. (Bourdieu, 1989, p. 7-8).

Posto isso, o poder se expressa como uma estrutura de relações, através da inserção de valores, da hierarquia familiar, dos modos de vida e das classificações sociais. Portanto, os privilégios de poder surgem a partir de uma luta simbólica, expressa por meio do modo de vida de cada pessoa inserida na sociedade e das suas particularidades, pois cada um tem um modo diferente, às vezes injusta com alguns, mas comum, por isso essa “luta simbólica” se apresenta como “natural”.

Embora para Foucault, assim como para Bourdieu, o poder seja entendido como uma estrutura de relações, a cumplicidade do outro exigida pela ideia do poder simbólico para a aceitação do poder e da dominação não é defendida por Foucault, pois como afirma Rosa (2017, p. 8), “[...] O poder em Foucault parece possuir um caráter ainda mais fluido [...] não existe enquanto coisa, ele é um funcionamento, um mecanismo; a partir dos “regimes de verdade” estabelecidos, o “poder mais se exerce do que se possui [...]”.

Partindo da compreensão de Foucault, foram problematizadas as relações de poder exercidas por Ernani Sátyro no período de 1964 a 1975, como relações de forças e interesses,a

fim de compreender por meio de que estratégias (políticas, partidárias, ideológicas, etc.) foram produzidos regimes na sociedade acerca dos jogos da política nos quais ele esteve inserido.

Para tanto, também é imprescindível a compreensão dos conceitos de Ditadura Militar, Golpe Civil Militar, Revolução Militar, Regime Militar etc. que caracterizam o período analisado por este estudo, a fim de apreender em seus enunciados os modos através dos quais o referido período é representado. De acordo com Ferreira (2003), existem várias teses explicativas para o “golpe”, a exemplo da tese dos militares, segundo a qual o “golpe” foi justificável para se evitar um golpe comunista no país e pela quebra de hierarquia dentro da corporação. (FICO, 2004, p. 41).

O debate acima referido também nos ajudou na compreensão de como o período da Ditadura Militar, que foi um regime autoritário iniciado em 1964 até 1985, no qual estabeleceu censura à imprensa, violação dos direitos humanos, perseguição e repressão aos opositores políticos. Foi referenciado na Historiografia Paraibana, e como se deu a participação de Sátyro nesse cenário, já que o trabalho tem foco na política da Paraíba durante a "Ditadura Militar". Neste sentido foram problematizados os interesses políticos acerca da instauração da “Ditadura Militar” no Brasil, das quais Ernani Sátyro fazia parte, uma vez que foi considerado como:

“representante do povo paraibano na Câmara dos Deputados durante oito mandatos, de 1946 a 1986, ano de sua morte. Sua atuação parlamentar, iniciada na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, revela uma postura coerente com suas convicções políticas. Independentemente das pressões que sofreu, ele mostrou ser capaz de proclamar e defender seus ideais em todas as horas e perante todos.” (BRASÍLIA, 2011, p. 3).

A vista disso, a Ditadura Militar e o autoritarismo têm um forte entrelaçamento com a política. Portanto, é necessário que as formulações teóricas e historiográficas sejam bem elaboradas para tratar as discussões dessa temática. Nesse sentido, o “golpe” de 31 de março de 1964 foi instaurado principalmente com base nos interesses políticos e econômicos, da elite capitalista, conservadora e latifundiária, juntamente com a finalidade de um autoritarismo mais efetivo no país. Logo:

A natureza de classe do golpe e do regime ditatorial que ele instala pode ser discutida, [...] a partir dos interesses sociais representados pelos golpistas e da ação política direta de setores das classes dominantes que articularam o golpe e participaram ativamente na direção do Estado brasileiro sob a ditadura. Por outro lado, ela se revela também naquilo que o golpe e a ditadura buscaram conter: a ação política autônoma da classe trabalhadora. (MATTOS, 2015, p. 7).

Ou seja, na concepção do autor, a Ditadura Militar¹, foi um projeto político com alvo principal de ter controle total no país, instaurando um regime autoritário e antidemocrático, com as intenções do benefício somente para esses grupos da elite, acima de tudo, excluindo automaticamente qualquer direito daquelas minorias naquele período no Brasil. Assim, buscamos analisar um sujeito que está inserido integralmente na política brasileira, tendo relações com as principais instâncias do país, são aspectos importantes a serem refletidos: as suas atitudes, tomadas enquanto sujeito histórico; as suas ações e comportamentos políticos e a conjuntura que permeava a política estadual e nacional no período em análise, a Ditadura Militar.

Sendo assim, é importante apreender como as práticas autoritárias vieram a cair sob a sociedade brasileira, e como, a partir do golpe de 64, o autoritarismo teve mais voz, com atitudes negativas, tais como: as repressões, perseguições, prisões e veto da liberdade, etc. Isto é, pensar Sátyro como protagonista político no período do Regime Militar, tendo em vista as suas ações políticas, seus deslocamentos de partidos conservadores, possuindo posteriormente cargos de confiança e relações íntimas com os presidentes do Brasil no período da Ditadura Militar (1964-1986),

Nestes termos, o estudo é exploratório se caracterizando como pesquisa qualitativa. De acordo com Godoy (1995), a abordagem qualitativa tem como função, facilitar os estudos feitos a partir de sujeitos distintos e as relações das pessoas na sociedade, desse modo, a pesquisa qualitativa investiga, e concede ao pesquisador que o mesmo possa usufruir da ideiação e criatividade para entender e discutir os fatos expostos.

Nesse sentido, Godoy (1995, p.21) afirma que “[...] Hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Assim sendo, optou-se pela metodologia de caráter exploratório, por meio de pesquisa documental. As fontes que foram utilizadas na pesquisa foram mapeadas detalhadamente em periódicos e/ou jornais encontrados na Hemeroteca Digital, tais como: Jornal O Norte; Diário de Pernambuco; Correio Brasiliense– DF; Jornal do Brasil–RJ, Jornal A União- PB. A pesquisa teve por finalidade analisar e compreender o contexto em que o personagem principal está associado, pensando o jornal como uma forma de representação, imaginário da pessoa como agente histórico, contribuindo para o desenvolvimento do estudo.

¹ Governo autoritário exercido por uma pessoa ou por um grupo de pessoas, com supremacia do poder executivo, e em que se suprime ou restringe os direitos individuais.

Também foram realizadas buscas no *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)*, e no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN- ARQUIVO NACIONAL) onde existe uma quantidade significativa de arquivos digitalizados e catalogados sobre a “Ditadura Militar”; como revistas, relatos pessoais, especificamente cartas, telegramas, documentos pessoais, discursos, obras e imagens, processos envolvendo sujeitos, panfletos e folhetos de suas campanhas políticas; bem como discursos diante do mesmo cenário.

Além das fontes mencionadas anteriormente, vale ressaltar outra fonte de igual importância para este estudo: a Fundação Ernani Sátyro (FUNES), a qual foi fundamental para a compreensão dos elementos expostos na referida fundação, que retrata a sua casa e outros elementos expressos a partir do seu modo de vida, assim como as suas “memórias”, possibilitando analisarmos como foi construída a imagem de um sujeito tido por muitos como patriarcal e conservador

Compreendemos que tais fontes possibilitam uma comunicação entre o pesquisador e o personagem pesquisado, uma vez que

Os arquivos pessoais e de família representam uma fonte de pesquisa única capaz de interagir com estruturas comunicacionais de um indivíduo e sua relação com o mundo. Os avanços de estudos teóricos e metodológicos da arquivologia sobre os arquivos pessoais transformaram esses conjuntos documentais em preciosos repositórios informacionais para pesquisadores, que a cada dia se debruçam sobre o estudo de documentos de personalidades do mundo da cultura, da filosofia e das artes (BAUMANN, 2011, p.24).

No que diz respeito ao acesso às fontes, a pesquisa se tornou viável, na medida em que todas as ferramentas para auxílio dessa investigação puderam ser acessadas via *internet* (no site da Biblioteca Nacional Digital, CPDOC, Hemeroteca Digital, SIAN-Arquivo Nacional, Arquivo Público e no site da Fundação Ernani Sátyro (FUNES). Nessa Instituição (FUNES), por exemplo, existem milhares de registros da vida política e íntima de Sátyro, como também da sua atuação no cenário nacional; os quais foram usados para responder às questões existentes na problematização do trabalho.

Ademais, foi realizada, de forma sistemática, uma pesquisa bibliográfica, a fim de mapear estudos que já tenham abordado esse tema. No que diz respeito à importância da pesquisa bibliográfica:

[...] ela possibilita conhecer as mais variadas, plurais e distintas contribuições científicas disponíveis sobre um determinado tema. É a pesquisa bibliográfica que oferece o suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia

na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final (FONTANA, 2018, p. 66).

Foi, pois, através das revisões bibliográficas de autores que abordam a temática, a política na Historiografia Brasileira, bem como a Ditadura Militar – incluindo livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses de mestrados e doutorados, com base acadêmica –, disponíveis na *internet*, que obtivemos uma contribuição para a discussão aqui empreendida a partir do corpus documental, sobretudo no que diz respeito à história do período investigado (1964-1985) e à análise da figura política apresentada neste contexto.

Portanto, a partir das indagações, que fundamentaram este estudo, foi realizada a análise de fontes documentais, e assim construído um fundamento para a compreensão da problematização proposta. Os documentos e referências analisadas foram investigados por meio da análise de discurso, na perspectiva Foucaultiana. Foucault nos propõe,

[...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2008, p. 55).

Desse modo, foram considerados os discursos analisados, nas fontes que compuseram a pesquisa exploratória, no âmbito de sua historicidade e nessas fontes, como arquivos através dos quais poderes e discursos se expressam e cujos rastros possibilita visualizarmos as práticas acionadas na produção e legitimação de saberes sobre a inserção de Ernani Sátyro nos jogos políticos do seu tempo.

2. CAPÍTULO II - O CENÁRIO ECONÔMICO-SOCIAL E O PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL: OS JOGOS DE INTERESSE E PODER NA POLÍTICA NOS ANOS DE 1964 A 1986

2.1 O CONTEXTO DA ECONOMIA PARAIBANA E A ATUAÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS ESTADUAIS

Entender as forças políticas estaduais no contexto local no marco temporal de 1964 a 1986 é objeto deste capítulo, todavia, esse contexto não se explica por si só, mas em uma história que recua a formação da elite política brasileira e local de antes. Dentre os autores que trabalham com a temática acerca das relações de poder na história local, evidencia-se Linda Lewin (1993), onde a mesma destaca as relações de poder, política e parentela no Estado da Paraíba.

Segundo Lewin, as oligarquias apareceram no Segundo Império, resultando da união de um forte sistema eleitoral de âmbito nacional juntamente com os grupos familiares (parentais). Desse modo, o coronelismo dividia-se como um sistema de dominação de uma determinada localidade, através de chefes locais, espalhando-se por todo o país, no qual o líder do partido local apresentava-se como intermediário entre os interesses particulares da família de elite e o governo central.

A autora argumenta a respeito da dependência da política brasileira em relação à questão familiar, ou seja, entre parentes, sem conceder a relevância das relações por questão de tempo. Nesse sentido, a partir dos estudos feitos acerca das relações de poder na Paraíba, Lewin menciona que:

[...] fazer uma contribuição à literatura acadêmica através do esboço, com referência a Paraíba, de como a fora de parentesco na política brasileira passou por uma transformação complexa e, em vez de evidenciar um declínio linear abrupto e rápido, sobreviveu até avançado o presente século. Tão sofisticada foi sua adaptação a mudança que ele continuou a influenciar a política de formas nem sempre facilmente perceptíveis. (LEWIN, 1993, p. 9).

Para Lewin, a influência dos vínculos de família e parentesco sobreviveu vigorosamente na vida política da Paraíba, apresentando-se com maior intensidade no final do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX, trabalhando na permanência do poder bem como as relações de dependência, que caracterizava a organização da política do país.

Dessa maneira, é necessário ressaltar que, na Paraíba a organização política não se

firmava somente a partir dos vínculos familiares, mas também era existente os vínculos informais, que incluíam amizade política, configurada nas trocas de favores e enriquecimento dos apoiadores, surgindo nesse cenário o termo “grupos de base familiar”. No qual esses vínculos garantiam a existência e predominância das oligarquias no poder.

Na época do advento da República, os laços familiares, por si só, não poderiam fornecer um nexo adequado para a organização e mobilização política local. Mesmo antes disso, já não se confiava tão estritamente como outrora nos laços de parentesco para assegurar os interesses vitais de uma parentela de elite. E na verdade, eles nunca haviam sido os vínculos de conexão exclusivos na política. (LEWIN, 1993, p. 10)

Compreende-se que, em seu discurso a autora faz referência e destaca que os grupos de base onde envolviam tanto parentes, quanto amigos organizavam o eleitorado na distribuição de votos, defendendo os interesses do partido na sua determinada cidade, bem como os seus interesses particulares. O que não difere da das primeiras décadas do século XX. Ou seja, as relações de poder na Paraíba no final do século XIX e início do século XX, em décadas posteriores, são continuadas com finalidade de atender os interesses de poder de uma determinada elite familiar.

Ou seja, as oligarquias paraibanas se consolidam e se renovam nas etapas de 1889-1930 e 1930-1945, no qual os processos de mudanças e desenvolvimentos tanto econômicos quanto sociais do Estado se deu durante da Primeira República, quando ocorreu a expansão capitalista nos setores de produção, os quais eram a produção algodoeira e açucareira, com o fortalecimento das oligarquias locais. Portanto, para atender os interesses e haver uma união com o Estado Nacional, ficou em evidência no primeiro período de destaque das oligarquias a “Política dos Governadores”.

Fica então evidente que houve uma reestruturação política no pós-30 se empreendendo novos arranjos e uma nova forma entre o poder local, regional e nacional. O elitismo se destaca e o americanismo ergue-se, e vai se consolidando perante o prestígio de José Américo juntamente ao governo federal, e o suporte que Américo possui, devido a sua atuação durante a seca de 1932, que, beneficiou acima de tudo, os coronéis do algodão e da pecuária, proporcionando poderosas relações de força e prestígios.

Dessa maneira, é importante lembrar o papel que as obras tiveram, desde a seca de 1870 até a seca dos anos 30, realizando juntamente a reprodução da base material do poder oligárquico-corononelístico, garantindo “ordem” no campo e relações com a elite mas nunca interrompendo o estado de miséria e necessidade do povo. Favorecendo nessa época o poder central bem como o benfeitor dessa ação, promovendo a ordem no campo social e

importando-se as condições de vida da classe proprietária. Com o prolongamento da falta de chuva, cada vez mais a situação do trabalhador rural do sertão se intensificava para pior, ocasionando o êxodo rural e a emigração para outros estados em busca de melhores condições de vidas, e os que não conseguiam sair de sua respectiva localidade, pediam por intervenção dos maiores, com implantação de serviços para garantir a subsistência dos castigados com a seca, como obras, criações de açudes, estradas para a intensiva produção, etc.

Em vista disso, a Inspetoria das Secas agilizou o plano de obras e a sua execução. No estado da Paraíba, a Inspetoria implantou três centros agrícolas, absorvendo mais de três mil retirantes. Dessa forma, o Estado pagava insignificantes salários aos flagelados, e dividia o lucro com o latifundiário, fornecendo-lhe então, mão de obra gratuita. As obras da Instituição Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) empreenderam várias obras, principalmente de açudes e estradas. A grande maioria das obras foi voltada na construção de açudes, cerca de 22 públicos e 51 privados, onde beneficiava os proprietários das terras, segundo Francisco de Oliveira (1987): “Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do Estado para a implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, e sua forma de financiamento chegou a construir-se em outro pilar da força e poder político dos “coronéis” da oligarquia algodoeira-pecuária”.

Desse modo, enriqueciam, e tinham a oportunidade de oferecer e fornecer empregos à sua clientela. Criando uma relação de poder econômico, social e político na sociedade paraibana, beneficiando-se das condições em que o Estado se encontrava. Portanto, a trajetória do poder das oligarquias da Paraíba demonstra seu discernimento de mudar as aparências conforme os seus interesses, e a conservação de poder seja ele na questão da economia voltada para o algodão, pecuária ou açúcar, ou do âmbito social, no qual detém influência e domínio sob determinada região a partir do poder político, e da linhagem familiar, estruturada no conservadorismo, visando sempre qualquer ameaça a sua dominação no meio sociável.

2.2 O PODER OLIGÁRQUICO: CONSOLIDAÇÃO E OS MECANISMOS DE SUA PRESERVAÇÃO

A respeito da construção e fixação das oligarquias nordestinas, mais precisamente as Paraibanas, ocorre devido a questões voltadas à divisão do trabalho e posição social, onde, em torno do processo de enriquecimento regional, no interior das mesmas, nasce as oligarquias locais, beneficiando-se da mão de obra da classe trabalhadora, como os proprietários, mas também, fazendo uso do assistencialismo, para assim, formar uma base de poder e comando nas cidades, estabilizando a política coronelística e o controle sob famílias e minorias na sociedade, como também nas questões voltadas a facilidade de domínio do eleitorado, através

da intensificação das relações de domínio e dependência.

Dessa forma, essas características estão relacionadas com as circunscrições acerca do capitalismo e seus reflexos. No estado Paraibano, onde é limitado aos poderosos coronéis, e os representantes oligarcas. Nesse sentido, os laços que eram criados das massas para com os fazendeiros eram somente de submissão e execução de trabalho, refletindo em um grande domínio entre exploração e dominação. Além disso, era existente a predominação por parte da elite do sertão da Paraíba, a constituição de novas relações com o trabalhador para que, a partir das mesmas, haja uma facilidade de legitimação da permanência de poder nas câmaras municipais, afunilando os vínculos entre trabalhador e proprietário através dos apadrinhamentos, reforçando a conexão mediante compadrio, apadrinhamento e ao clientelismo, prática eleitoral que consiste em beneficiar a um grupo de indivíduos dependentes, em troca de favores e de votos, como também em busca da manutenção de poder. Assim, tornava-se mais fácil a lealdade entre coronéis e trabalhadores nos currais eleitorais, e conseqüentemente a garantia de poder na região.

2.3 POLÍTICA E PARENTELA: O CONTROLE DE ALGUNS NÚCLEOS DE FAMÍLIAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA

Como vimos acima, no estudo a partir das referências do estudo de Lewin. As parentelas dos municípios disputavam tanto o poder quanto o controle político. E, nesse embate destaca-se a frequência de poderio entre os empregos e cargos importantes para os resultados das eleições. A conquista alcançada correspondia a quem estava inserido na situação política de uma determinada cidade, onde os coronéis mantinham-se no poder, inserindo pessoas aos cargos públicos em troca de apoio político.

Portanto, o poder estadual concentrado nas oligarquias locais, compõem-se da junção de privilégio e controle. Salienta-se que, tanto situacionistas quanto oposicionistas formam a classe dominante na política local, e respectivamente, marcando seu lugar e transpondo-se de geração em geração, permanecendo no poder e na liderança política. Sem esquecer-se de mencionar as famílias que possuíam o poder e mantinham-se ativamente nas lutas políticas durante a Primeira República: os Pessoa, os Almeida-Vena em Areia, os Cunha Lima em Areia, no brejo paraibano, os Suassuna, em Catolé do Rocha e os Sátyro- em Patos.

De acordo com Lewin (1979) os aspectos da oligarquia paraibana durante os anos de 1889 a 1930 é definida como:

Uma coligação facilmente identificável de umas três dúzias de famílias extensivas

ou parentelas, que exerciam um monopólio sobre a terra, os mercados, o trabalho e outros recursos numa economia de extrema escassez. Seu sistema político, de redes baseadas em parentesco, informalmente definido, dependia economicamente, em grande parte, do seu domínio da produção e do mercado do algodão. A competição para adquirir o controle de terras e de mercados, conseqüentemente, desencadeou a base do conflito das principais famílias.

Além disso, as práticas de assistencialismo e clientelismo culminaram ainda mais no exercício de poder estadual e municipal dessas famílias, onde teriam um lugar hierarquizado e jamais questionado. Que, nesse cenário, o voto era entendido e visto como uma moeda de troca, ou seja, um ato que provava a lealdade do trabalhador ao proprietário dominante. Segundo Rolim (2006), desde antes da Primeira República o exercício de poder e mandonismo a determinadas famílias em uma cidade era evidente, possuindo terras e uma ligação com o poder público, permitindo assumir o poder central, e conseqüentemente compromissos e as benesses acerca desse privilégio:

A característica definidora do sistema coronelista é a articulação entre chefes locais e grandes chefes estaduais, e destes com o poder central, gerando uma teia de compromissos em que o poder público oferta cargos da burocracia, que, por sua vez, consolidam e ampliam o suporte do mando local. Este em troca assegurar os votos necessários a manutenção das oligarquias estaduais. (ROLIM, 2006, p. 63).

Partindo do pressuposto de que é existente um patrimonialismo presente desde a primeira República e de modo conseqüente, sendo estas mesmas atitudes reproduzidas e conservando-se, como também reforçando discursos e condutas de que é recorrente a utilização de bens públicos para interesses privados.

Com efeito, persiste ao longo dos anos, a transformação do público em privado, o uso para fins de enriquecimento pessoal, familiar, grupal ou político- do patrimônio público. Misturam-se. Confunde-se negócios privados e interesses coletivos. (ROLIM, 2006, p. 241).

Nesse sentido, historicamente, o coronelismo e suas práticas políticas eram voltadas para o período da Primeira República, mas, ao decorrer dos anos, visto que, ainda perpetua práticas coronelistas, no surgimento de novos coronéis das linhagens familiares do Estado da Paraíba. Posto isso, a política do coronelismo remete ao atraso e a conservação de tais condutas. Desse modo, essas práticas ainda são existentes em regiões do interior do nordeste, onde os pensamentos se configuram apenas nas relações de patrão e trabalhador, fomentando o atraso no meio político e a dominância entre oligarquias

Esse conceito foi reproduzido e/ou reelaborado permanentemente, servindo como modelo das práticas políticas dos estados considerados "mais atrasados", tipicamente

como o Nordeste como locus de sua reprodução. (FORTUNATO, 2008, p. 110).

Em vista disso, dentre autores e pesquisadores que estudam as relações de poder na Paraíba, evidencia-se Linda Lewin (1993) onde salienta questões acerca da política e parentela e seus vínculos.

[...] fazer uma contribuição à literatura acadêmica através do esboço, com referenda a Paraíba, de como a força de parentesco na política brasileira passou por uma transformação complexa e, em vez de evidenciar um declínio linear abrupto e rápido, sobreviveu até avançado o presente século. Tão sofisticada foi sua adaptação a uma mudança, que ele continuou a influenciar a política de formas nem sempre facilmente perceptíveis. (LEWIN, 1993, p. 9).

De acordo com a autora, é presente a influência de famílias e parentescos na atuação da política paraibana, sendo mais forte no início do século XX, onde proporcionou também os chamados vínculos informais, que, estava incluso a amizade política e ligações que estabeleciam a força do grupo familiar atuante, que, através destes e das suas respectivas forças na cidade, influenciavam o apoio das demais famílias e garantiam a sobrevivências das oligarquias perpetuando no poder.

Na época do advento da República, os laços familiares, por si sós, não poderiam fornecer um nexo adequado para a organização e mobilização política local. Mesmo antes disso, já não se confiava tão estritamente como outrora nos laços de parentesco para assegurar os interesses vitais de uma parentela de elite. E na verdade, eles nunca haviam sido os vínculos de conexão exclusivos na política. (LEWIN, 1993, p. 10).

Diante do exposto, é perceptível as relações de poder estabelecidas no estado, onde são pensadas todas as ações e movimentações para manter determinado grupo político com poder centralizado, ou seja, possuir uma autoridade, autonomia e notoriedade diante dos campos locais, estaduais e federais. Pois, nas relações coronelistas e oligarcas:

O governo estadual garante, para baixo, o poder dos coronéis sobre os seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado à professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste e do seu domínio no Estado. (CARVALHO, 1997).

Mediante o exposto, Lewin menciona que durante o coronelismo não havia diferenciação de interesses entre situacionistas e oposicionistas, portanto

[...] dependendo de constituírem a coalizão dominante ou a sua oposição, os políticos oligárquicos esforçam-se por manter o monopólio existente em todo o estado sobre

os cargos políticos ou por capturar o controle da máquina eleitoral que lhes viria conferir tal monopólio. (Lewin, 1993, p. 207).

Deste modo, acredita-se que, as lutas entre famílias de poderio marcadas nas cidades e a permanência das mesmas, eram e se encontram constantes ao decorrer do tempo, pois, além de questões de disputas de poder local, entra em detrimento às questões da visibilidade social, interesses particulares e o meio do capital em cima do que foi mencionado. Dessa maneira, a cultura política da Paraíba é vista como uma política atrasada, pois, a mesma se encontra sendo voltada a demandas de permanência e sustentabilidade das características que permitem a essas famílias se fixarem no poder, as quais são: as práticas de clientelismo, assistencialismo e mandonismo. Assim:

O poder de base familiar, em sua forma mais conhecida, o coronelismo, ainda sobrevive ao nível local na Paraíba e no Nordeste do Brasil. Esta não é uma revelação surpreendente, se considerarmos a sobrevivência parentela dos latifúndios, das relações de exploração do trabalho das zonas rurais, da pobreza, do analfabetismo e da doença em muitas partes dos estados nordestinos. Embora numa escala bastante reduzida, também sobrevive um dos traços distintivos do coronelismo, as lutas familiares, lembrando aos estudiosos do comportamento político e social que ainda é possível estudar a política de família onde o meio que historicamente lhe deu condições de existência tenha permanecido em grande parte inalterado. (LEWIN, 1993, p. 367).

Portanto, a autora menciona que, o coronelismo enquanto prática política, e que, ao longo dos anos, mesmo com os atrasos devido ao modo de governo e administração, ainda prevalece, mesmo sendo considerada a uma política retrógrada, que visa os interesses particulares e familiares, e mantendo-se em evidência a ideia da continuidade, por meio de novos discursos, adaptações e maquiando práticas conservadoras. Contradições nos discursos, relação de classe dominante e a disputa ferrenha do controle estatal e assim, os privilégios subsequentes a partir de tais movimentações, garantindo uma identidade e uma sobrevivência a partir daquele sistema coronelístico-oligarquico.

Nesse sentido, há uma propensão de manter em evidência os discursos políticos voltadas ao coronelismo, colocando em destaque as alianças formadas entre parentes e partidos, para assim, manter-se no domínio local e exercer força com os eleitores, e então, garantir a sobrevivência e legitimação dessas oligarquias no poder. E é de suma importância, salientar a exposição de falas, atitudes e posicionamentos de grupos, que remetem ao final do século XIX e início do século XX, onde, enfatiza a permanência dessas famílias, restringindo as relações entre parentela na política do Estado da Paraíba.

2.4 A ATUAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA SÁTYRO A PARTIR DA CIDADE DE PATOS NO ESTADO DA PARAÍBA E A SUA REPRESENTAÇÃO

Segundo Lewin (1993), “A oligarquia paraibana espelhava um padrão de organização comum ao Nordeste e ao Brasil como um todo.” Desse modo, essa política não se restringia somente ao estado paraibano, voltado pro interior, mas um modelo caracterizado e de referência em todo o país. Partindo para o que foi caracterizado na cidade de Patos, a influência da parentela na Paraíba é vigorosa, e a figura central deste estudo se encontra em uma posição de destaque em meio a oligarquias no poder, de acordo com sua linhagem de antecedentes familiares, com ênfase na área política, social e econômica.

Ao ler a genealogia da família Sátyro, um aspecto chama atenção: desde seu trisavô, bisavô, avô e até chegar ao seu pai, percebe-se que há um vínculo entre latifúndio e política, corroborando a ideia de que o poder exercido era proveniente das terras que detinham. (MENDES, 2019, p. 44).

De acordo com o exposto, é visível que a atuação de Ernani Sátyro enquanto político atuante não é diferente dos demais políticos sertanejos, mas, entra em destaque questões acerca da sua genealogia, que possuía domínio em diversos campos na sociedade, que teve início desde antes da sua atuação enquanto homem público, mas, um percurso feito por seus antecessores. Como mencionado no livro **Perfis Parlamentares** explica a linhagem familiar dos familiares passados de Ernani Sátyro:

O seu trisavô, José Raimundo Vieira, dono de extensas porções de terras no município de Patos, fez parte da primeira composição da câmara de vereadores daquele município, quando de sua criação e instalação em 1833. O seu bisavô Miguel Sátyro e Sousa, o primeiro desse nome, foi também membro daquela câmara, no século XIX, além de integrante da antiga Guarda Nacional. O avô materno, Firmino Ayres Albano da Costa, grande latifundiário do sertão paraibano, foi deputado na Assembleia Legislativa da província em mais de uma legislatura, tendo tido grande atuação política no município de Piancó, um dos mais antigos e extensos da região [...]. Por fim, seu pai, Miguel Sátyro e Sousa, que larga influência exerceu em sua formação, foi chefe político de Patos a partir do início do século passado, mantendo-se nessa chefia por quase trinta anos. Sua hegemonia foi tamanha que a cidade passou a ser conhecida como “Patos do major Miguel”. Além de deter a chefia política do importante município, Miguel Sátyro foi deputado estadual, antes de 1930, por três legislaturas seguidas (SÁTYRO, 2011, p. 44).

Mediante o exposto, é possível perceber que a conjuntura política da família Sátyro é presente desde os anos 1833, e a perpetuação do nome no meio político foi-se difundindo e se tornando cada vez mais presente nos cargos políticos, colocando-se no lugar de uma representatividade oligárquica forte e de que sempre está olhando para o povo acolhedor do sertão paraibano, em troca disso, a família está na bancada legislativa, por meio do voto, e dos

discursos intencionais para a manutenção e perpetuação do nome que se carrega.

Nesse sentido, o patrono Ernani Sátiro, ocupou vários cargos no cenário da política nacional e estadual, onde foi ex-ministro do Supremo Tribunal Militar, deputado estadual e federal, governador, entre tantos outros cargos importantes na política brasileira. Destarte, o local de origem da figura estudada possui forte presença em cargos na sociedade, como a atuação na política, militar e econômica do seu lugar de origem. Assim, com as denominações utilizadas para a atuação política no passado, servem como referência para a propagação da linhagem, como também manter-se o domínio político da família Sátiro na região.

Portanto, a representatividade dos Sátiro no sertão paraibano torna-se presente, nos departamentos e espaços públicos, como ruas denominadas com o sobrenome da família, a exemplo do fórum dedicado a Miguel Sátiro, bairros na capital de João Pessoa, Colégio Ernani Sátiro, em Uiraúna, UBS de saúde, e sem esquecer de mencionar a FUNES, museu dedicado a vida e feitos do patrono político Ernani Ayres Sátiro e Sousa, com finalidade de preservar sua cultura do tempo presente na sociedade paraibana, sendo uma instituição memorialística e, relembrando toda sua trajetória enquanto político.

Destacamos nessa construção da memória política, a Fundação Ernani Sátiro, a qual vai ser discutida posteriormente nas relações de memória tem como objetivo expor a imagem do político, lembrá-lo e torná-lo presente. Tudo que é exposto na mesma, é de cuidadosa seleção, para apenas ser repassado o que foi e deve ser memorável de acordo com os feitos de Sátiro. Posto isso, sabe-se que um museu é um local onde tudo é guardado, com a finalidade de deixar presente uma figura ou uma história a ser contada. Desse modo, isso se aplica às inúmeras homenagens voltadas para o político sertanejo, onde a motivação maior é deixar presente o seu legado, de forma que, a construção narrativa seja feita a partir somente do que é selecionado e de que seja relacionado positivamente com a sua trajetória.

Assim sendo, a fundação tem como motivação principal, repassar somente as movimentações sociais e políticas positivas a respeito da figura central deste estudo, onde, ao referir-se do período ditatorial coloca-o como defensor da liberdade, da democracia onde essas representações se voltem acerca de Sátiro como uma pessoa que não participou do período mencionado, onde ocorria a repressão e a falta da liberdade na sociedade brasileira. Ou seja, anulando os fatos negativos que aconteceram durante o Regime Militar, expondo o lado da figura que olhava para o trabalhador sertanejo e procurava atender as necessidades e demandas do estado da Paraíba.

Quando Ernani Sátiro assumiu o mandato de governador, havia na Paraíba o funcionamento de uma estrutura de repressão montada. Segundo o relatório da

Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, havia repartições 84 Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 321-346. 144 que foram utilizadas como centros de informação e tortura em Bayeux (16º Regimento de Cavalaria Mecanizada), em Campina Grande (5º Companhia de Infantaria Motorizada - hoje nomeado de 31º Batalhão de Infantaria - e a “Granja do Terror) e em João Pessoa (Delegacia de Ordem Social e Política - DOPS - Delegacia de Investigações e Captura - DIC – Delegacia da Polícia Federal; 15º Batalhão de Infantaria Motorizado; 1º Grupamento de Engenharia e Construção; Delegacia de Agricultura) (MENDES, 2019. p. 143).

Contudo, fica evidente, que a memória da linhagem Sátyro, e a sua continuidade na política é marcada por toda uma trajetória que vem desde os antepassados e está presente na continuidade dos representantes, onde tem-se marcado não somente na sociedade, mas também nos trajetos da política nacional os feitos dos nomes dessa oligarquia familiar. Em que parte da intencionalidade de deixar registrado o poderio dessa linhagem, como também está associado aos interesses dos seus consórcios.

Entra em transparência os seus feitos na região e estados, e destacados na instituição museológica, que, através dos discursos e exposições acerca da manutenção da imagem do patrono sertanejo, que tem por finalidade, a intenção de repassar para os demais tanto a atuação quanto a representação do político Ernani Sátyro, envolvendo elementos, tais quais os de poder, simbólico, político e social, e, deixando notório, a expressiva atuação e feitos políticos durante a vida do homem público que era, no estado da Paraíba.

2.5 O CONTEXTO DA POLÍTICA PARAIBANA PRÉ-GOLPE DE 1964

Neste tópico, o objetivo central é discutir a política estadual pré-golpe militar (1964), para isso, analisaremos a política nacional, e relacionarmos com a política paraibana, mencionando o posicionamento e as administrações de alguns dirigentes a exemplo de Pedro Gondim, João Agripino e Ernani Sátyro. Para que possamos traçar minimamente o perfil político e as ações daqueles que se apresentavam como defensores do estado na relação com o poder central.

O encerramento do período trabalhista no estado da Paraíba ficou marcado pela atuação em mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais. Devido ao aumento da urbanização e capitalismo urbano, a sociedade requer práticas e intervenções trabalhistas. Desse modo, na década de 1940 e boa parte da de 1950 os trabalhadores não tiveram um olhar crítico acerca da situação em que os mesmos se encontravam, tanto economicamente quanto socialmente, aceitando as condições postas por uma elite latifundiária que visava somente os seus interesses privados.

Isso sucedeu em razão de o Estado não ser industrializado, e viver somente da produção agrária, impedindo de ter uma organização trabalhista representativa por meio de sindicatos, que lhes oferecem segurança e a ação de negociar politicamente seus direitos e reivindicações. Posto isso, o tradicional sistema oligárquico-coronelístico dominante na Primeira República, se fez presente e influente no processo histórico político não só no nordeste, como também no Estado da Paraíba, desde a disputa pela predominância do mesmo, bem como a recomposição das oligarquias e os seus ajustes no que era determinado pelo Estado Nacional, cuidando dos interesses e dos seus espaços dominados, em prol da centralização do poder e capital nas mãos das elites, oligarquias, senhores de engenho que dominavam os espaços.

Desse modo, o cenário político é, portanto, denominado pelas divergências e estruturas inter-oligárquicas. Neste aspecto, a figura de José Américo junto ao governo federal é de prestígio no estado e na região, proporcionado pela sua atuação durante a seca de 1932, favorecendo acima de tudo os coronéis do algodão, onde a partir dessas relações de força, os interesses de ambos eram efetivados. A respeito das propensões das figuras em destaque, é necessário mencionar o papel das obras contra as secas a partir da IFOC, realizando a base de poder entre o poder oligárquico-coronelista em consonância com o Governo Provisório, reorganizando os espaços de poder e domínio, o beneficiamento dos envolvidos, a riqueza extraída para ambos os envolvidos como também a mão de obra barata para os “donos de terras”, as “fácções oligárquicas”, como resultado a crise na sociedade, e na vida do trabalhador do campo.

Somente no final da década e no início da de 1960 que as mobilizações acontecem devido às mudanças no campo, as forças das massas populares da Paraíba irão se movimentar em busca dos seus interesses no campo de trabalho. Pedro Gondim, governador da Paraíba em 1958, e *dando continuidade* à sua gestão em 1960, representa a ação trabalhista no Estado, ou seja, a situação local, antenado com o centro e com o governo de Goulart.

Assim Gondim possuía seus princípios trabalhistas, no qual ele conseguiu chegar ao poder, estava à frente dos camponeses, compreensível e tolerante, o governador apoiava as mobilizações e ações do homem trabalhador e do campo, caracterizado por ser contra as ações da repressão e da violência quando se tinha conflitos entre proprietários e camponeses. Mas, para manter a imparcialidade diante da sociedade paraibana, Pedro Gondim deixava claro que as atuações acerca das ocorrências e as resoluções das mesmas se dessem através das leis. Assim, mantinha uma relação amigável tanto com a elite latifundiária, quanto com a classe trabalhadora.

Todavia, diante das situações recorrentes em um período de agitação social, manter-se

essa postura consequentemente deixava a classe dos camponeses desamparados, que naquele momento em que se encontravam, estavam mais fragilizados. Contudo, essas atitudes do seu governo por um lado evitaram que, ao menos durante o seu governo, não houvesse a repressão dos policiais para com os camponeses, mas, por outro lado, não conseguiu impedir a violência dos grandes proprietários de terra contra os camponeses.

Esse aspecto do governo de Gondim de sempre manter ativas as relações com o homem do campo era um elemento que por parte dele, queria sempre manter ativo, pois, foi nessas atuações que conseguiu chegar e manter-se no poder. Dessa forma, o governador sempre deixou claros seus posicionamentos em detrimento com as questões reformistas e trabalhistas que eram defendidas por esse grupo.

Porém, existiam dois caminhos na trajetória política de Pedro, um era que ele foi eleito por um partido conservador, de elite, a UDN, e o outro caminho é que mesmo diante do apoio de forças, ele não poderia somente se confiar na sua popularidade social, e com isso, optou por alianças para se manter no poder. Destarte, ele se encontra diante de duas forças opostas: a classe camponesa que se tornaram base na sua campanha e foram extremamente significativos durante sua gestão, e a classe conservadora elitista, que continha-se os proprietários do Estado, e as fortes alianças para os jogos de poder e interesses no campo político.

Em decorrência das situações do cenário político nacional, Gondim começa a fazer alterações no seu governo, vinculando-se definitivamente com o governo conservador. E, essas mudanças indicam o novo rumo do governo paraibano, com novos direcionamentos políticos, sendo maior do que novas relações com o conservadorismo, mas sim, o que fica evidente é o estabelecimento de relações do governo Estadual com seus interesses e os pensamentos e ideais das Forças Armadas.

No dia 31 de março de 1964, Pedro Gondim sofreu pressão por parte dos militares para aderir aos mesmos, mas, somente no dia posterior que ele tomou uma decisão. De acordo com a situação que ele percebeu que o movimento para o golpe militar seria irreversível, e as forças apoiadoras de João Goulart iam cada vez se enfraquecendo, pensando na sua sobrevivência no meio político, apoia o movimento militar do golpe, e emite uma nota, que foi lida para todo o público na rádio do estado, a Tabajara, com os seguintes dizeres:

Não posso e não devo, neste instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos paraibanos. Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E neste sentido nunca faltei com o meu estímulo e apreço ao governo central. Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara,

envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das classes armadas, com desprezo às linhas hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo autêntico da segurança nacional. O movimento que eclodiu nestas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranquilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos. O pensamento político de Minas Gerais, hoje como em 1930, identificou-se com a vocação histórica do povo paraibano que deseja, neste episódio e sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do regime democrático. (apud MELLO, 2004, p. 135-136).

Essa decisão o garantiu no cenário político como também a sua permanência no governo do Estado, e conseguiu preservar a sua liberdade com a escolha feita, pois, diante da conjuntura política nacional, se encontra as atuações da política estadual, que, nesse período, caminham juntas nas questões de interesses, articulações e transições do regime democrático para o regime autoritário ditatorial. Partindo desse contexto, o pós-golpe enfraqueceu muitas instâncias da esquerda, onde continham os operários, camponeses e, os estudantes. Essas forças, no dia 31 de março de 1964, tentaram resistência diante das ações dos militares, em forma de protesto nas cidades de Rio Tinto, Sousa, e Campina Grande.

Devido a tais acontecimentos, os militares tiveram forças não só no Estado da Paraíba, como também em todo o Brasil a quem ia contra o regime, mas também, houve apoio imediato ao golpe, como em João Pessoa, ações voltadas para a execução do AI-1 imposto na Paraíba. Desta forma, percebemos que os antecedentes do golpe militar na Paraíba em 1964, o cenário político encontrava-se em um momento de tensão político-social, onde Gondim possuía um papel de manter a paz, de caráter populista, e lidando com todos os setores do Estado, em uma sociedade movida por conflitos sociais e de classes. E que, em alguns momentos pré-golpe houve cobrança de posicionamento, e o mesmo, começou alterações e uma caminhada para o conservadorismo.

2.6 OS MOVIMENTOS DE JOÃO AGRIPINO NOS ANOS DE 1966 ATÉ 1971 NO CENÁRIO POLÍTICO PARAIBANO

Agripino foi uma figura política que exerceu o cargo de governador do Estado pelo partido ARENA (Aliança Renovadora Nacional), nos anos de 1966 a 1971, sendo uma das lideranças partidárias no decorrer da ditadura, entendendo as relações da mesma, juntamente com o poder local. As relações entre as classes políticas, dominantes e militares

estabeleceu-se desde antes do golpe de 1964, quando determinados políticos participaram ativamente das conspirações golpistas. Depois do golpe, a classe política representada nas instâncias de poder após muita resistência, como: Congresso Nacional, governos estaduais e federais, e assembleias legislativas, saudaram os militares corroborando a ilegal tomada de poder cometida na madrugada do primeiro de abril de 1964.

No decorrer dos anos da Ditadura Militar, esferas das classes políticas vivenciaram altos e baixos nas relações com os militares, pois, ao mesmo tempo em que esses precisavam dos políticos para a institucionalização do poder, o regime implementou mudanças no sistema político, mudanças essas que afetaram de alguma forma essas classes políticas. Por meio dos atos institucionais e outros decretos, o cenário da política nacional mudou, com a extinção de legendas, os mandatos cassados, e a implementação de um sistema bipartidário. Desse modo, todas essas mudanças interferiram nas políticas estaduais e regionais.

João Agripino, advogado e político paraibano, nascido em 1914, natural de Catolé do Rocha, no sertão do Estado, uma linhagem familiar pertencente à classe média alta, proprietários de terras. Uma família com um histórico político ativo na Paraíba, como seu pai que foi deputado estadual durante a Primeira República, aliado a Epitácio Pessoa. Ingressou na política nos anos de 1945, filiando-se à UDN, partido político que acolheu as tradicionais oligarquias da Paraíba.

Governador do estado, possuía uma cultura patrimonialista, mas, com uma política de privilégios familiares, onde o mesmo enalteceu durante seu governo aliados e a sua família. Alavancando a carreira política de membros familiares e amigos próximos, bem como enriquecendo essas pessoas, que tinham prestígios na sociedade, mais precisamente, um poder local centralizado. Não obstante, Agripino tinha como marca as questões da valorização dos planos e diretrizes para alavancar os âmbitos econômicos e sociais, em busca de modernização da Paraíba, mas, o mesmo utilizava-se do cargo de chefia partidária para beneficiar amigos, aliados partidários e familiares, ou seja, no seu governo não houve uma ruptura das práticas políticas tradicionais do Estado.

Além das articulações durante o seu governo, João Agripino exaltava o regime, destacando a classe política e exaltando os valores da ditadura, como também a dependência do Regime em relação ao trabalho desenvolvido pelos governadores, como executores das obras públicas, do desenvolvimento da economia e fortalecedores da ditadura na região. É o que podemos ver na publicação do jornal Correio da Paraíba:

Qualquer um de nós governadores poderá ser mais ou menos eficiente, ter maior

acervo de obras a apresentar ou menor, mas nenhum de nós terá menor esforço dado à Revolução, nenhum de nós terá menor lealdade à Revolução e ao governo de Vossa Excelência pessoalmente. E esta fidelidade é o que nos une. Esta união é o que preserva o futuro do Brasil, o que importa dizer o futuro da Revolução. (MADRUGA, 1969, p. 3).

Desse modo, é possível perceber que ao final da sua fala, a figura política de João Agripino tenta esconder a fragilidade existente na classe político militar, camuflando a crise existente. Com crítica aos opositores da ditadura, e, reforçando que o inimigo que estivesse infiltrado na Arena, deveria ser combatido.

Aqueles que procuram disseminar divergências entre civis e militares são os inimigos da Revolução que se infiltram para criar ambientes de animosidade através de intrigas. Porque pouco importa militares ou civis, homens de bem sobre o espírito público não de construir a grandeza dessa Pátria sob o comando de Vossa Excelência. Quem governa com moralidade, quem governa com espírito público há de suprimir facilidades, favoritismo, paternalismo, apadrinhamentos, e isto sem dúvida constitui um instrumento hábil de grande animosidade e inimigos anônimos.

[...] Pagamos qualquer preço, Senhor Presidente, para que os decaídos não voltem ao poder, mas devemos estar devidamente advertidos contra aqueles que se infiltram entre nós, às vezes mais adeptos à Revolução do que nós próprios que a fizemos, para aquilo que eles sabem que sem o qual jamais conseguirão voltar ao poder. (MADRUGA, 1969, p. 3).

Na busca de proteger os seus e estar caminhando lado a lado com o regime, Agripino garantia seu espaço diante as atuações políticas, como também defendia seus interesses, ou seja, uma figura política complexa dentro do regime ditatorial, mantendo-se engajado ideologicamente com a ditadura, mas também buscando sempre se posicionar nos momentos em que necessitou defender suas particularidades:

[...] sempre demonstrou comungar com os princípios “revolucionários”, assumindo permanentemente a função de “homem da revolução”; finalmente, sempre manteve fortes ligações com a alta cúpula do Estado autoritário, mostrando ser, portanto, um elemento de confiança do regime. Em contrapartida, confrontou-se com diversas orientações emanadas dos militares e dispôs-se com vários setores do Estado, procurando manter uma larga faixa de autonomia, o que lhe era permitido em função da legitimidade adquirida pela liderança que exercia sobre seus pares e pela popularidade crescente à medida que seu governo avançava, bem como pela autoridade e respeitabilidade adquiridas ao longo de sua vida pública. (CITTADINO, Monique, p. 50).

Durante sua trajetória política, João Agripino ao final do seu mandato de governador,

apoiou a “eleição indireta”, onde o seu sucessor foi Ernani Sátyro, bem como impediu a intervenção anti-oligárquica na Paraíba. Após sair do cargo, ainda continuou influenciando no campo político e social, juntamente com o partido ao qual participava, o Arena. Assim sendo, Agripino fez do referido, enquanto pode, um espaço onde ele se promovia politicamente, defendendo os seus interesses e favorecendo os seus aliados.

Nesse sentido, ao entender e compreender a atuação da figura política João Agripino, percebe-se que, ele teve grande relevância no cenário político, articulando ações nas esferas de poder regional e nacional durante a Ditadura Militar. Sendo possível perceber as articulações realizadas de um político de linhagem oligárquica, que atende aos seus interesses públicos e privados, buscando também deixar em evidência as influências e poder que carrega o seu nome, beneficiando seus aliados, na troca de favores, atitudes que historicamente fazem parte dos hábitos da política nacional. Portanto, é possível entender a política e a forma de governar de Agripino a partir das suas atitudes, alianças e os seus discursos, sempre colocando-se a favor do regime, e enaltecendo o mesmo, mas, conseqüentemente, possuía interesses a serem atendidos diante da sua posição no cenário social e político.

Portanto, no próximo capítulo iremos discutir e analisar o cenário político dos anos 1971, a transição do governo de Agripino para o governo de Ernani Sátyro, bem como suas atuações, seus discursos e os desdobramentos da política local e nacional, e as suas realizações de obras e investimentos durante sua gestão nos anos 1971-1975. Observando as condições do governo anterior, juntamente com as mudanças no governo do Patrono

3. CAPÍTULO III - A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ERNANI SÁTYRO A PARTIR DOS ANOS 1963: SEUS INTERESSES E SUAS ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO NA ESFERA POLÍTICA

3.1 OS POSICIONAMENTOS DE ERNANI SÁTYRO PRÉ-GOLPE CONTRA A REFORMA AGRÁRIA E O GOVERNO JOÃO GOULART

Durante a primeira metade da década de 60, houve vários acontecimentos diante do cenário em que a sociedade se encontrava, podemos destacar: a renúncia de Jânio Quadros, forças militares que tinham como objetivo impedir que João Goulart assumisse a presidência, a implementação do parlamentarismo no Congresso, a crise econômica herdada por o governo de Juscelino Kubitschek, manifestações das massas, programa de reformas de base impedidas pelo Congresso Nacional, grupos econômicos e militares que conspiravam a queda de João Goulart, levantes militares, movimentações das elites conservadoras e das forças militares para efetivação da queda de Jango, e assim, ocasionando o golpe militar de 1964, e assim, instaurando a Ditadura Militar no Brasil, onde perdurou por mais de vinte anos, causando marcas irreparáveis na nossa sociedade.

Segundo Dreifuss (1981, p. 125):

O governo populista de Juscelino Kubitschek, conduzido pelo PSD, chegou ao seu fim em 1960. A candidatura de Jânio Quadros representou a última tentativa eleitoral civil do grande capital para conseguir compartilhar o poder de Estado com o bloco populista vigente. Durante a presidência de Jânio Quadros, o pacto populista foi levado a extremos, reduzindo o espaço para conciliar as diferenças entre os grupos dominantes. Os interesses multinacionais e associados constituíram, juntamente com o setor de agro-exportação, um bloco modernizante conservador que tentou ganhar a presidência por intermédio de um tipo de populismo udenista, apoiado pelo PDC, característico do próprio Jânio Quadros. Esse alinhamento relacionava-se tanto à política externa caberia de Jânio Quadros quanto ao esforço para arregimentar as massas populares e racionalizar a economia?

Nesse sentido, era existente um grande conflito entre dois grupos, os quais eram: nacional reformista, onde obtinha apoio entre a classe trabalhadora e os movimentos sociais, bem como, teve uma enorme visibilidade com a ascendência de João Goulart, e os modernizantes conservadores, no qual possuía forças da elite, como as do capital multinacional, que inclusive, fizeram parte do projeto desenvolvimentista no governo do presidente JK.

Todavia, o conflito foi intensificado devido ao desgaste da política populista, visto que Jango não cedia, e nem seguia aos interesses das classes dominantes. Pois, nesses jogos de poderes durante a república populista, tinha como medida o controle das classes populares,

limitando assim, que as massas se mobilizassem juntamente com os sindicatos. Ou seja, havia uma troca de interesses entre o governo federal e a elite, permitindo o “desenvolvimento econômico”. Desse modo, Jânio Quadros teve apoio na sua candidatura, obtendo a maioria de votos nas urnas.

No entanto, diante do cenário econômico que o país se encontrava, com alta inflação, salários atrasados e os investimentos parados, fez com que Jânio Quadros fosse ousado ao ponto de renunciar ao cargo da presidência, com o intuito que a população apelasse pela sua volta e ele pudesse governar da sua maneira, sem que nenhum grupo pudesse opinar diante das suas atitudes. Mas, infelizmente o plano de Jânio não foi bem sucedido, e não teve como o mesmo retornar ao poder. O grupo dos conservadores elitistas, considerava que Jango poderia ser um novo Getúlio Vargas na sociedade brasileira, devido ao seu populismo. E, diante desse cenário, sentiu-se ameaçado, uma vez que João Goulart estava prestes a assumir a presidência. Assim sendo, iniciava-se um confronto entre Jango e as forças conservadoras.

Diante dessa instabilidade política em que se encontrava o país, surgiu um projeto político a ser considerado naquele momento, o qual era mudar o sistema político de presidencialismo pelo parlamentarismo. Um projeto arquitetado e manipulado pelo Partido Social Democrata (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), onde ambos influenciaram na proposta, com interesse em diminuir os poderes do presidente.

Dessa maneira, nessa conjuntura seria o primeiro ataque de Ernani Sátiro contra Jango, onde Sátiro defendia a proposta do projeto, atuando com os demais deputados, como está exposto na obra de Flávio Sátiro a respeito dos parlamentares, podemos observar o seguinte discurso:

[...] não vamos, certamente, discutir qualquer daqueles detalhes em que se desdobra a emenda constitucional submetida à consideração da Câmara. Estamos, a grande maioria do Congresso, numa tomada de posição, aquela do verdadeiro patriotismo, do verdadeiro amor às instituições. A prova disso está em que muitos partidos, muitos elementos de tendências diferentes já se deram as mãos com a preocupação única de resolver uma crise de que não temos culpa, de que não fomos causa, mas que, afinal, aí existe a desafiar o nosso patriotismo, o nosso amadurecimento político, a nossa capacidade. Não nos preocupamos sequer com a indagação de que seja porventura defeituosa a emenda ou a subemenda parlamentarista que vai ser submetida ao nosso voto.” (SÁTYRO, 2011, p. 471).

Dessa forma, para o deputado paraibano, milhares de brasileiros pediam a instauração da emenda era considerada um método rápido e eficaz para a permanência da boa administração econômica do Brasil.

No dia 02 de setembro de 1961, destaca-se a atuação de Ernani Sátiro, votando pela

aprovação da emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo, visando interesses das elites e empresários naquele momento. Consequentemente, ele foi influência na votação da emenda, pois era Secretário Geral da UDN, compondo parte dos 233 votos que aprovaram o parlamentarismo, onde a ideia central era limitar os poderes de Jango e a sua atuação enquanto presidente, reprimindo suas propostas que beneficiassem a classe trabalhadora, contra 55 deputados que formaram oposição contra o projeto.

Assim sendo, em 1961, Ernani Sátyro se posicionou na política apoiando as forças conservadoras, sinalizando quais seriam seus vínculos a partir de suas movimentações e manifestações, ou seja, demonstrando interesses não só políticos, mas também ideológicos.

Em vista disso, Sátyro cumpria um papel de político que possuía vínculos com a elite, que conspirava para a queda do governo de João Goulart. Podemos mencionar a interferência de instituições no processo eleitoral, entrando com o capital e comprando esses políticos, com intenção de dominar a posição política dos mesmos contra as reformas estruturais pleiteadas pelo então presidente da república. (DREIFUSS, 1981, p. 331).

Dentre esses políticos e candidatos que receberam dinheiro, a figura central deste estudo, Ernani Sátyro estava lá. E, através desses posicionamentos é possível perceber a atuação direta da elite empresarial na candidatura de determinados políticos que, ocupavam alguma posição que beneficiassem a essas elites de alguma forma no Congresso, como também permitisse esses candidatos ganhassem as eleições, como foi no caso de Sátyro, vencendo e se tornando deputado federal pela quinta vez, no Estado da Paraíba.

Destarte, pensar a atuação da figura política central deste estudo, trata-se de percebê-lo dentro do plano para a desestruturação de Jango enquanto presidente, e, por conseguinte, barrar as reformas de bases propostas, utilizando dos parlamentares conservadores que ocupavam cadeiras no Congresso Nacional e que podiam beneficiar de alguma maneira essas elites. Ou seja, uma posição que ocupava vinculada aos interesses das classes que dominavam, como também, os seus interesses particulares.

Por esse motivo, as tensões entre Jango e o Congresso aumentam cada vez mais, e, podemos perceber através dos discursos de Ernani Sátyro entre 1962 a 1964, onde o mesmo utilizou da tribuna para articular inúmeras críticas a João Goulart, e a todos os movimentos sociais e trabalhistas. Onde podemos citar umas das suas declarações atacando Jango:

O destino do Parlamentarismo no Brasil, nesta breve experiência desse regime, está selado. Todos sabem, e não é preciso ser um observador político profundo, nem de alta sensibilidade, que a decisão será contra o Parlamentarismo. Quando outras razões não houvesse, bastaria uma: é que esse regime ou, em melhor técnica, esse sistema não teve possibilidade de viver porque começou a ser asfixiado, desde os

primeiros dias do seu advento, por uma série de crises provocadas pelo Poder Executivo, ou melhor, pelo Sr. Presidente da República (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 472).

Sabemos que o parlamentarismo foi uma ideia da elite nacional e estrangeira, conservadora e militar, com intuito de manter as forças, controlar as classes trabalhadoras como também impedir as movimentações do presidente da república. Porém, as ideias da alta sociedade foram apresentadas antes, com o intuito de conter o avanço dos movimentos sociais e das propostas que seriam apresentadas pelo governo de Jango, mantendo assim, o projeto modernizante conservador no topo, e visando estar no comando.

Nessa perspectiva, ao observar os discursos, movimentações e articulações de Ernani Sátyro, encontramos falas que seguem o mesmo posicionamento da elite empresarial, onde vão contra os movimentos, e que, de alguma forma, atrapalham o projeto modernizante-conservador, no qual se colocou contrário ao projeto da reforma agrária, pois, o debate fazia referência a questão da desapropriação de terras, logo, estaria refletindo das questões de interesses, entre dominado e dominante.

Goulart, ainda como vice-presidente de JK, defendia que, o “sacrifício” que o país estava realizando para poder se reestruturar, não caísse em cima dos “menos favorecidos”, “menos afortunados”, e já mencionava as reformas sociais e algumas medidas para serem tomadas, para que não acontecesse um abismo de classes entre as pessoas no Brasil, Moniz Bandeira afirma:

Esse povo pode e sabe suportar privações para que o país se mantenha independente e se desenvolva, mas é necessário que esse sacrifício não recaia apenas sobre os menos afortunados, mas sobre todas as classes, proporcionalmente, e que ao mesmo tempo se adotem medidas de reforma social tendentes a impedir que uma pequena minoria, nadando em luxo e na ostentação, continue afrontando as privações e a miséria de milhares e milhares de brasileiros (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 60).

Visto que, no seu governo, Jango defende a execução das reformas, que desenvolvessem a indústria nacional e o âmbito agrário, apontando essas questões como o fim da miséria e das desigualdades sociais, medidas que, pudessem diminuir o abismo existente entre as classes, e garantindo uma melhor qualidade de vida para ambos os lados, a biografia de João Goulart destaca que:

O que interessa ao Brasil são as reformas que nos tragam tranquilidade e paz social, e aqui repito, sob o testemunho insuspeito dos trabalhadores, que desejamos verdadeiramente essa paz e essa tranquilidade, estou convencido de que nenhum país terá paz social se repousar sobre a miséria das classes operárias e a infelicidade dos mais humildes. Não sei se aqueles que combatem as reformas desejam realmente a paz social: Deus e o tempo se encarregarão de demonstrá-lo (GOULART, 1963, pp. 88-89).

No entanto, diante dos discursos de Jango, a oposição se encontrava forte aos seus ideais expostos. Dentre eles, entram em destaque os aspectos dos posicionamentos de Ernani Sátyro, diante da temática que estava em evidência na década de 1960. O udenista ressalta que, não pode, de forma alguma, mudar o artigo 146 da Constituição. Uma vez que, com a Constituição intacta, não atingia os privilégios das elites oligarcas e latifundiárias como também garantia seus direitos com as terras.

Isto é, quando foi mencionado na questão da mudança de classe social, e uma possível alteração no eixo social bem como o clientelismo e mandonismo, acarretando melhorias para a população do campo, o governo Jango e os parlamentares trabalhistas que defendiam as reformas, sofreram com a oposição do bloco modernizante-conservador e o grupo de latifundiários, dentre eles, Ernani Sátyro, onde a sua trajetória política sempre esteve vinculada às classes dominantes na cidade de Patos, no sertão da Paraíba, ou seja, possuía grande influência política devido ao poder ser consolidado justamente por conta dos vastos hectares de terras que possuíam.

A família de Ernani Sátyro está ligada a política através da linhagem familiar e os poderes trazidos por influência na sociedade, segundo a sua biografia que aborda o seu histórico familiar e a questão de política e parentela:

Ao nascer, já trazia no sangue o germe da política, transmitido por alguns de seus ancestrais e parentes próximos. O seu trisavô, José Raimundo Vieira, dono de extensas porções de terras no município de Patos, fez parte da primeira composição da câmara de vereadores daquele município, quando de sua criação e instalação, em 1833. O seu bisavô, Miguel Sátyro e Sousa, o primeiro desse nome, foi também membro daquela câmara, no século XIX, além de integrante da antiga Guarda Nacional. O avô materno, Firmino Ayres Albano da Costa, grande latifundiário no sertão paraibano, foi deputado na assembleia legislativa da província em mais de uma legislatura, tendo tido grande atuação política no município de Piancó, um dos mais antigos e mais extensos da região. O avô paterno, Sizenando Sátyro e Sousa, participou da política local, exercendo o cargo de membro do Conselho Municipal, em Patos. Outro ascendente seu, Enéas Pedro de Sousa, foi deputado estadual e nessa posição se achava quando Patos foi elevada à condição de cidade pela Lei nº 200, de 24 de outubro de 1903, de iniciativa do comendador José Campelo de Albuquerque Galvão. Um tio materno, Pedro Firmino da Costa e Sousa, foi deputado estadual em várias legislaturas. Um tio paterno, Sizenando Flório de Sousa, integrou o Conselho Municipal, em Patos, no início deste século e foi prefeito daquela cidade. Por fim, seu pai, Miguel Sátyro e Sousa, que larga influência exerceu em sua formação, foi chefe político de Patos a partir do início do século passado, mantendo-se nessa chefia por quase trinta anos. Sua hegemonia foi tamanha que a cidade passou a ser conhecida como “Patos do major Miguel”. Além de deter a chefia política do importante município, Miguel Sátyro foi deputado estadual, antes de 1930, por três legislaturas seguidas. (SÁTYRO, 2011, p. 15).

Após ler a linhagem da família Sátyro, é possível perceber que desde o seu trisavô até chegar no seu pai, é existente um vínculo entre latifúndio e política, permitindo que ficasse em

evidência o poder que era exercido na política através das terras que possuíam. Dessa forma, ao interpretar seus discursos e posicionamentos acerca do projeto petebista para a reforma agrária é que ele estava defendendo os interesses da classe em que ele se insere, ou seja, ele insere e se nesse cenário, da elite latifundiária do sertão paraibano. Que se adequava e conversava com os interesses da elite empresarial, no qual ambos queriam barrar a execução e concretização da reforma agrária proposta pelo governo.

Outra perspectiva importante para se compreender diante da figura política principal acerca deste estudo, é o posicionamento de Ernani Sátyro que se coloca sempre contrário às reformas, aos benefícios voltados para as classes trabalhadores, ou seja, ele fazia jus ao partido em que estava inserido, a UDN, o partido que possuía um grande número de fazendeiros e latifundiários, agindo de acordo com os seus respectivos interesses econômicos postos por esse grupo.

Outro aspecto importante a ser destacado compreende:

Nos primeiros anos sessenta que a reforma agrária se transforma em tema realmente polarizador e a UDN se opõe à emenda constitucional proposta para a desapropriação, assim como às modalidades da indenização. Acima de tudo, a questão torna-se eminentemente política: a UDN veria, com a maior desconfiança, qualquer possibilidade de se reforçarem os poderes do presidente João Goulart e se ampliarem as bases da "esquerda", representada pela aliança parlamentar PTB-PSB com apoio da CGT, do movimento estudantil e de setores progressistas da Igreja (BENEVIDES, 2015, p. 141).

Sendo assim, é perceptível que o partido da UDN não se concentrava somente em conter e impedir a reforma agrária, mas sim, havia uma questão política, a qual era a limitação dos poderes do presidente, e dos movimentos que o acompanhavam. Nessa perspectiva, ao analisar os discursos de Sátyro, pode-se perceber os ataques que ele faz diretamente aos movimentos de massa, os quais ele dizia ser uma ameaça para a sociedade, com discursos subversivos, e com tendência de movimentos crescentes direcionados a serem considerados ameaça da revolução.

Portanto, toda essa movimentação política contrária a Jango tinha como finalidade defender os posicionamentos de acordo com os interesses da elite, e dos latifundiários, ou seja, uma campanha política que visava e defendia através de discursos resultados positivos para eles, é tanto que, com a propagação dos seus discursos, o projeto emitido pelo PTB fosse rejeitada por 176 votos contrários, a 121 votos favoráveis, acarretando a derrota do governo.

Em 1963, o presidente João Goulart concedeu uma entrevista à revista "Diário de Notícias", onde o mesmo discursava acerca das dificuldades encontradas por parte do governo para a efetivação das reformas de base, bem como a oposição formada no Congresso ao atual

governo, onde a elite tinha o domínio e desestabilizava o caminhar do seu governo.

A partir da sua fala, e a repercussão na mídia, os conservadores opositoristas logo se manifestaram, e podemos destacar Ernani Sátyro, que se pronunciou através de um discurso denominado “Ameaças às instituições democráticas do Brasil”. De modo geral, o deputado acusava João Goulart de ser a grande ameaça à democracia brasileira, onde frisou que o presidente tinha intenções golpistas através de “processos subversivos”, caminhando para um golpe às instituições democráticas. (SÁTYRO, 2011)

Nessa perspectiva, é possível perceber como Ernani Sátyro tinha um posicionamento político que condizia com os interesses da elite, atacando a João Goulart, os movimentos sociais e as reformas de base. Ou seja, Ernani Sátyro e os seus discursos influenciaram e fizeram com que o ano de 1963 se tornasse o ano marcado pela polarização política e ideológica, como também social. E, nesse sentido, caminhar para o golpe de 1964, que culminou na Ditadura Militar.

3.2 DITADURA MILITAR E A SUA CONSOLIDAÇÃO

A Ditadura Militar foi instaurada no Brasil após o golpe civil-militar no ano de 1964, caracterizado por ser um regime autoritário, onde envolveu transformações nos comandos dos poderes federais, regionais e estaduais. Deixando em evidência uma ruptura com os anos que antecederam o golpe 1964, pois foram tempos de intensas participações e mobilizações da população, que cada vez mais eram envolvidos a favor das lutas e reformas de base, onde os movimentos sociais possuíam importância, com o aval do Presidente João Goulart, que o mesmo propunha a sociedade brasileira.

Desse modo, camponeses, sindicalistas, trabalhadores e movimentos estudantis, se inseriram nessa luta. Neste período, sucedia uma grande polarização na sociedade, dividindo-se em dois grupos: o primeiro grupo de empresariais, tradicionais e conservadores, elite econômica de direita, uma grande parte da classe média e quem fazia parte das esferas populares, que pretendiam “salvar” o país de um possível ataque comunista, subversão e do populismo. Por outro lado, o grupo da esquerda que apoiava e se movia a favor das reformas de base, os setores populares e a mobilização da União Nacional Estudantil (UNE), onde possuía intensa atuação nesse momento pré-golpe.

Além disso, o Brasil também vivia:

[...] em um ambiente político profundamente conservador e excludente, marcado pela tradição liberal oligárquica e pelo autoritarismo pragmático, ambos elitistas e

avessos à participação das massas na política, esta mudança de agenda serviu para fazer convergir contra o governo Jango tanto o golpismo histórico, que vinha do começo dos anos 1950, alimentado pelo medo do comunismo nos marcos da Guerra Fria, como o eventual, engrossado no calor da crise política conjuntural do seu governo [...] (NAPOLITANO, 1964, p. 17).

Nessa perspectiva, a sociedade vivia uma intensa tensão política, rodeada de interesses e, nesse sentido, acarretou que forças contrárias ao atual governo conspirasse contra Jango, acontecendo à intervenção agindo violentamente contra a democracia do Brasil, instaurando um regime autoritário, ditatorial e antipopulista, que vai de 1964 a 1985. No qual vinte e um anos ficou marcado por censura, perseguição política, repressão, autoritarismo, suspensão de direitos, e antidemocracia.

Posto isso, a Ditadura Militar no Brasil não ficou marcada somente por um único ditador, mas contou com uma alternância de militares no poder, através de eleições indiretas realizadas por um Colégio Eleitoral, “maquiando” a democracia que não existia no Regime Militar. Dentre os militares ocupando a vaga da presidência, estavam eles: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva: início dos anos de chumbo (1967-1969), Emílio Médici (1969-1974), Geisel (1974- 1979), João Batista Figueiredo (1979-1985).

O primeiro governo militar (1964-1967) Castelo Branco, que declarava ser a favor da democracia e defender a mesma contra o avanço comunista, inicia seu governo com caráter autoritário, dissolvendo partido, com eleições indiretas, suspendendo direitos dos cidadãos e cassando mandato de vários parlamentares, instaurando o bipartidarismo, e autorizando o funcionamento de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Tradicional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apontado como oposição. Posteriormente, Arthur Costa e Silva assumiu a presidência (1967-1969), possuindo a marca de um governo que enfrentou protestos políticos de estudantes e trabalhadores do país, e em dezembro de 1968, houve a implementação do novo decreto, o AI-5.

O mesmo fechou o congresso, cassou mandatos, interviu nos municípios e estados, realizando a suspensão dos direitos civis e políticos de qualquer cidadão, como também, demitindo funcionários do governo ou empresas. Além disso, o novo ato proibia rigorosamente qualquer tipo de manifestação das massas ou protestos, a censura mais intensa e havendo a dissolução de manifestações culturais, atingindo a classe de artistas, escritores, professores, músicos, intelectuais e religiosos.

Costa e Silva tinha centralizado o poder em suas mãos, e com isso, poderia tomar atitudes que antes, nenhum outro presidente havia tomado, eram elas:

Concedia poder ao Presidente da República para dar recesso à Câmara dos

Deputados, Assembleias Legislativas (estaduais) e Câmara de vereadores (Municipais). No período de recesso, o poder executivo federal assumiria as funções destes poderes legislativos; - Concedia poder ao Presidente da República para intervir nos estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais; - Concedia poder ao Presidente da República para suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro; - Concedia poder ao Presidente da República para cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores; - Proibia manifestações populares de caráter político; - Suspendia o direito de habeas corpus (em casos de crime político, crimes contra a ordem econômica, segurança nacional e economia popular). - Impunha a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas³. (1968 – ATO INSTITUCIONAL Nº 5 – A REUNIÃO).

Desse modo, perante a tamanha violência, surgiram grupos de esquerda armados, os guerrilheiros, formados por jovens idealizadores, estudantes, promovendo assaltos e sequestros em trocas de libertação de determinadas pessoas, e, a partir disso, conseqüentemente, a repressão militar ficando mais forte. Segundo Gorender (1987) as lutas armadas:

Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçaram os principais movimentos de massa organizados. (GORENDER, 1987: p. 249).

No ano de 1969 inicia o governo de Médici, a fase mais dura e repressiva do período ditatorial, na qual a violência era mais intensa, e com isso o seu governo ficou marcado pelos “anos de chumbo”. Durante os chamados anos de chumbo, a repressão cresceu, a censura se intensificou e qualquer forma de expressão artística era violentamente reprimida. Crescendo no país os centros de tortura do regime: DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna) que tinha atuação na investigação e repressão no governo.

Desse modo, as torturas e os interrogatórios que ocorriam nos anos de chumbo, na fase mais violenta do regime tornaram-se públicos na década de 1980, quando o Brasil passava pelo período da abertura política, o livro denominado “Brasil: Nunca Mais” traz relatos de pessoas expostas as formas de repressão do referido período:

[...] que foi conduzido às dependências do DOI-Codi, onde foi torturado nu, após tomar um banho pendurado no pau de arara, onde recebeu choques elétricos, através de um magneto, em seus órgãos genitais e por todo o corpo, [...] foi-lhe amarrado um dos terminais do magneto num dedo de seu pé e no seu pênis, onde recebeu descargas sucessivas, a ponto de cair no chão [...]. (EVARISTO, 2009, p. 33)

Todos os órgãos oficiais criados durante o Regime Militar tinham como prioridade

perseguir quem questionasse ou fosse contra os ideais do mesmo. Desse modo, o número de violências, perseguições, torturas, assassinatos e desaparecimento de pessoas obteve um índice elevado na fase Médici. Diante o lado obscuro do regime, por outra perspectiva houve um acelerado crescimento econômico. Em vista disso, constatamos que:

[...] um regime autoritário, mesmo sendo desmobilizador, pode possuir uma orientação transformadora da sociedade, ainda que limitada e, basicamente, conservadora. Transformadora porque atua no sentido de promover a modernização material do país, notadamente no campo da economia e das distintas tecnologias, como as comunicações, transportes e outros setores. Conservadora porque não se preocupa em criar melhorias sociais, a começar das restrições que impõe à melhor redistribuição de renda [...] (GIANNAZI, 2013, p. 63).

Os anos de 1972-1973 passavam por mudanças econômicas, o entusiasmo com o milagre econômico era um dos motivos para que o Brasil passasse por uma transformação no âmbito da infraestrutura, modernizando-se, tendo em vista se tornar uma potência. No ano de 1974, Ernesto Geisel assumiu o governo, afirmando uma abertura política lenta, gradual e segura para a democracia. Após inúmeras denúncias no exterior dos atos de violência que aconteciam no Brasil, e a questão da pressão da população, os movimentos sociais se fortalecem diante do cenário político existente.

A linha dura ia perdendo forças, os partidos de esquerdas e defensores dos movimentos sociais e democráticos ganharam não só forças, como também as eleições no congresso, com o MDB sendo ganhador das eleições do ano de 1976. Em 1978, o MDB venceu novamente as eleições, e com isso, houve o aceleração do processo de redemocratização. João Batista de Figueiredo foi indicado e assumiu o lugar de Geisel para administrar o país, e em 1979, o mesmo prossegue com o projeto de “abertura política”, aprovando a Lei da Anistia, estabeleceu as eleições para governador, e em 1982 aprovou o pluripartidarismo no país.

Portanto, todas essas atitudes indicavam aparentemente uma democracia, em virtude dessa “abertura” que atribui direitos à população. Ou seja, uma reforma do Regime Militar que proporciona a volta da democracia, e aos poucos o governo militar foi enfraquecendo, e o seguimento rumo à democracia, marcado por tensões políticas, em 1988, se completa, com a nova constituição e o fim do Regime Militar no Brasil.

3.3 ERNANI SÁTYRO E O JOGO DE INTERESSES NO CAMPO POLÍTICO DURANTE A DITADURA MILITAR

Neste tópico, temos como objetivo central, destacar como foi a atuação de Ernani Sátyro enquanto político no cenário da Ditadura Militar. Para tal finalidade, continuaremos a problematizar acontecimentos que ficaram marcados nesse percurso como também suas filiações e aproximações com os grupos de elite, empresários e a junta militar que coadunou para a efetivação do golpe e derrubar João Goulart do poder.

O afastamento de Jango da presidência resultou em uma série de eventos que mudaram o cenário político nacional do país, fatos que, o objeto de análise deste estudo esteve articulado e participou diretamente. Como citado anteriormente, o golpe de 1964 tem suas marcas que deixa em evidência o que realmente aconteceu (perseguições, prisões, torturas, cassações, etc) e que comprova que desde a sua origem houve a inserção e implementação do terrorismo no país. No dia 1º de abril de 1964, sucedeu uma série de atentados a sociedade, as entidades representativas, a classe trabalhadora e aos movimentos estudantis, como a UNE, onde os prédios foram invadidos, queimados e violados.

Nesse sentido, como elemento desse processo, vemos o mesmo caminho que seguiu referente ao campo político, tendo em vista que, os políticos parlamentares que indicassem qualquer tipo de apoio ou aspecto de aproximação com os referidos “comunistas subversivos” eram rapidamente cassados e perdiam seus cargos e direitos enquanto políticos. E existem relatos que confirmam as perseguições nos primeiros dias de ditadura, como nos meses decorrentes.

Na conjuntura dos artigos que constituíam o AI-1, estava descrito que o Presidente da República poderia cassar mandatos de políticos, parlamentares, servidores públicos, diplomatas e membros das forças armadas. Essas medidas mexiam diretamente em mudanças entre os três poderes do Estado, onde a concentração de poder e ações dadas ao chefe executivo, e limitando os poderes do legislativo e judiciário. No dia 02 de abril, foi divulgada uma lista com nomes de políticos que seriam cassados e que se enquadra nas medidas que não satisfaziam o Regime Militar, retirando de cena 102 parlamentares, nos quais 40 eram deputados federais. A partir dessa atitude, os ditadores deixaram uma mensagem para a sociedade brasileira, demonstrando com quem estava o controle e que, poderia haver a intervenção dos mesmos a qualquer momento nas esferas de poder: o Congresso Nacional e Assembleia Legislativa.

Após essas medidas, a próxima ação dos militares foi a da escolha do novo Presidente da República, no dia 11 de abril, no qual resultou na escolha do Marechal Castelo Branco. Dos votos que contribuíram para a escolha do militar estavam figuras políticas paraibanas, dentre elas, Ernani Sátiro. O que é importante ressaltar é que, para além do apoio da bancada paraibana para a realização da “eleição” que foi realizada de forma indireta, os políticos foram “dançando conforme a música tocava”, pois, como mencionado, após a implementação do AI-1, a classe dos políticos foi cassada e apreendida caso não apoiassem o regime, e apoiassem a classe trabalhadora. Dessa forma, ao analisar o discurso de Ernani Sátiro, ele mencionou a respeito do “atentado à Constituição” e foi levado em consideração no cotidiano de todas as instâncias de poder do país.

A respeito de Sátiro, no decorrer dos dias que aconteceu a instauração do Ato e as cassações dos mandatos dos políticos, não é possível encontrar nenhum documento que remeta algum tipo de ameaça com relação ao seu cargo ou perseguição por parte dos militares, como também, não há nada que comprove que o deputado paraibano fosse contra as atitudes que eram efetuadas pelos militares (MENDES, 2019).

Dessa forma, os posicionamentos de Ernani Sátiro a respeito da repressão que estava em seguimento, é parte do apoio em que o partido UDN se posicionou, na intenção de legitimação de relações com o governo militar, e justificando os seus discursos como uma “exigência da Revolução” combater qualquer afronta aos “princípios da Revolução”. Assim sendo, a aproximação com os militares seja ela partidária ou particular, dialoga a respeito dos interesses particulares, ou até mesmo as condições enquanto política no cenário em que o país se encontrava, desde o início das eleições indiretas em 1964 para escolha presidencial, até o ano de 1970, na escolha dos governadores.

De acordo com o cenário político nacional, é de referir que: qual político, diante do que estava acontecendo no Brasil, com as perseguições e repressões acontecendo, iria agir contra o regime? Apesar de ter candidatos que já tinham posicionamentos favoráveis a “revolução”, mas, quem iria ter atos ou mostrar o contrário do que opunha o governo? Iriam automaticamente assinar a perseguição e cassação contra eles.

Portanto, com os políticos que não foram cassados, surgiu uma bancada de apoio que era denominada “Bloco Parlamentar Revolucionário”, ou seja, políticos que apoiavam os discursos e atitudes dos militares durante o regime.

Acerca do grupo, o autor René Armand Deiffruss afirma:

A maioria dos membros da ADP associou-se ao recém-criado Bloco Parlamentar Revolucionário - BPR, formado em março de 1965 por 206 membros da Câmara dos Deputados e consolidado após entendimentos entre o General Golbery, General Cordeiro de Farias e Nilo Coelho, do PSD. O BPR era liderado por Adauto Lúcio Cardoso [UDN] e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Bilac Pinto [UDN]. O núcleo do BPR era formado por deputados do PSD (48), PTB (23) e por aproximadamente 90 membros da UDN (DREIFUSS, 1981, p. 454)

Como podemos perceber, a UDN e seus políticos participaram ativamente apoiando a instauração do golpe, e no Bloco Revolucionário possuía 90 deputados do partido, cooperando com as ações voltadas para o regime. Isto é, no início da ditadura, a UDN conduziu-se na contramão dos demais partidos, pois, enquanto os partidos sofriam com as cassações e repressões, a base da UDN permaneceu intocável, ou seja, o partido foi poupado do que estava acontecendo no país. Dessa maneira, os políticos udenistas iam estruturando uma posição de privilégio diante dos militares, o elitismo do partido caminhava com os interesses dos militares de repressão aos ditos comunistas e subversivos, e acarretando mudanças no âmbito econômico beneficiando a classe dominante, como também, as perseguições não chegavam aos udenistas, havendo assim uma relação de interesses de ambas as partes.

Houveram mudanças no jogo político nacional, no ano de 1965, os militares passaram a interferir cada vez mais nas organizações dos processos eleitorais, criando uma forma de beneficiar os apoiadores do regime e reprimir quem fosse contra. Os militares aprovaram Emendas Constitucionais para que o mandato da Presidência fosse postergado por mais três anos, ou seja, para validar de fato o projeto que foi imposto pelos militares, o legislativo teria que mudar.

Desse modo, ficava exposto que no ano de 1965 a abertura para as eleições e os candidatos estava ficando distante da realidade dos políticos que queriam disputar a presidência da República. Nesse sentido, a partir do cenário político nacional, a situação predominante era de que as eleições seriam divididas em dois momentos: o primeiro, em 1965, eleições para governadores do estado, e em 1966 para deputados, senadores, prefeitos e vereadores. Destarte, somente 11 Estados passaram pela votação para governador, dentre elas, estava a Paraíba, no qual o processo eleitoral no estado a disputa foi entre as chapas adversárias, a UDN representada por João Agripino, e o PSD, com a figura de Ruy Carneiro.

Os embates nos setores internos do partido (UDN) eram marcados pela fragmentação do mesmo, entre João Agripino e seus aliados, os “agripinistas”, com outra importante potência política na Paraíba, que era Pedro Gondim. Por outra perspectiva, havia também um líder político do partido udenista que disputou interesses políticos e pessoais para atuação no meio

regional, e obteve a concretização na indicação para o cargo de governador, que foi Ernani Sátiro.

O mesmo possuía influência e um grande peso na UDN, tendo em vista que no ano de 1965 presidia o partido. Ou seja, tinha força para ser indicado ao cargo, e disputar o mesmo naquele momento, mas, o diretório regional escolheu o nome de João Agripino para governador, criando assim, um conflito entre as duas figuras políticas aqui mencionadas.

Realizada as eleições, garantindo sete estados vencedores eram do partido udenista, ou seja, que apoiavam o regime, contra três estados das legendas: PTB e PSD. Assim, esse foi o motivo que o presidente Castelo Branco usou para instaurar mais um ato, o AI-2, com mudanças no campo eleitoral, extinguindo os partidos, e a diminuição dos poderes que o AI-1 havia iniciado. Ou seja, a ditadura se intensificava e diminuía cada vez mais as forças populares de decisões políticas, deixando em evidência que as forças militares que instauraram o golpe e comandavam o país não tinha feito uma intervenção com tempo determinado, mas sim, seguindo e colocando em prática um projeto político, econômico e social, que atendia aos interesses das elites, empresários, limitando o poder e a participação das massas em qualquer decisão política tomada. Desse modo, no ano de 1965 seria a última eleição de “voto direto”, e até acabar a ditadura, quem escolheria os demais presidentes eram os militares no comando.

Portanto, a figura central deste estudo, foi o último presidente no partido (UDN), devido às imposições do AI-2, houve a extinção dos partidos políticos. Em seguida, houve a criação do AI-4, no dia 20 de novembro de 1965, no qual criava o bipartidarismo, em que existiria somente o partido da oposição e da situação. Formaram-se os dois partidos: ARENA, que era composto por políticos da UDN, e alguns integrantes do PSD, e o MDB, organizado como frente oposicionista ao governo militar, reunindo parlamentares que se opuseram ao movimento de 1964, e que, discordavam dos rumos em que a política estava levando o país.

De acordo com o que foi exposto, é possível perceber que as bases da oligarquia paraibana aderiram a Arena, mas será que foi afinidade e identificação com os ideais da “Revolução de 1964”, ou apenas interesses enquanto oligarcas para a manutenção no poder como figura política? Vale ressaltar que, os grupos oligárquicos, em especial a elite latifundiária, foram ativos e ingressaram nos discursos, ações de apoio ao golpe de 1964. Situação que se destaca a classe que ocupava esses lugares no processo em que resultou na derrubada de João Goulart. Além disso, estava incluído um vínculo que os grupos oligárquicos tinham com a ditadura, Ernani Sátiro e os demais políticos que tinham suas bases políticas combinadas com as oligarquias locais era a prova que a elite estava

umbilicalmente ligada com a “Revolução”.

Desse modo, um dos principais meios de sustentação política durante o regime, eram as oligarquias, que davam apoio nas regiões, estados e municípios do país. E com isso, após a introdução dos atos institucionais de nº1 e nº4, os militares tiveram cautela ao decretar o próximo ato, para não respingar as bases de manutenção e assim, não romper com a estrutura política partidária daquele momento.

No ano de 1966 ocorreu a primeira eleição entre a ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Como já foi citado, no referido ano aconteceu a disputa entre os cargos de deputado estadual, deputado federal, senador, prefeito e vereador. Mas, a disputa que entra em análise e que a figura central deste estudo se destaca, é nas eleições para o senado, colocando em evidência suas movimentações e atuações na escolha dos candidatos.

Quando abriram o processo de indicação para o cargo de senador, sabiam que o estado só poderia indicar um nome para a representação, a divergência entre os nomes para disputar sucedeu-se em Pedro Gondim e Ernani Sátiro. Gondim era integrante do ex partido PDT, e possuía apoio firmado com João Agripino, já Ernani Sátiro, havia sido o último presidente do partido UDN, e foi cogitado a concorrer às eleições para governador junto com Agripino, além do mais, possui aproximações com a junta militar que instituiu o golpe.

Nesse sentido, ambos os políticos discursaram que tinha porte e condições para concorrer ao cargo. Pedro Gondim seguia as questões de tradição da política paraibana a ser seguido e dar continuidade, e Ernani Sátiro afirmava nas suas falas que “se me candidato é porque considero que a minha longa vida pública me habilita a isto [...] Ao partido é que cabe decidir se a minha aspiração é ou não justa e legítima”. (Correio da Paraíba, apud em SOBREIRA, 2016, P.119)

De acordo com as situações em que a política se encontrava, Pedro Gondim abre mão da candidatura, e prefere concorrer a deputado federal. Assim sendo, há mais chances de Ernani Sátiro seguir firme com a sua campanha dentro do partido ARENA. Diante do cenário apresentado, o nome de Sátiro não estava cogitado por todos do partido, surgindo dúvidas se o mesmo teria forças para conseguir derrotar Ruy Carneiro, alegando que ele era “ruim de urna”. Portanto, a candidatura de Ernani Sátiro se enfraquecia antes mesmo de começar o processo de escolha dos candidatos. Desse modo, nas vésperas de confirmarem quem realmente iria se candidatar, Cittadino destaca em sua obra Poder Local e Ditadura Militar, parte dos seus discursos, Ernani Sátiro elabora uma carta em que anuncia a pública que estava desistindo da sua candidatura para o Senado, ele dizia que:

[...] existem áreas do partido que não sufragarão meu nome. A resistência resulta, ora, da marca de lutas passadas, ora das circunstâncias em que surgiu a minha candidatura. Não tenho dúvidas de que, dentro dos quadros da ARENA paraibana, não faltarão nomes capazes de despertar entusiasmo que não pude ascender e superar obstáculos que não consegui transpor (Diário da Borborema, 20 set. 1966, apud em CITTADINO, 2006, p. 316).

Ernani Sátiro publicou uma carta demonstrando toda angústia a respeito das eleições, e por não ter conseguido superar a resistência pela sua indicação para o cargo. Com isso, diante da situação em que Ernani Sátiro se encontrava, anunciava que iria sair da vida pública e não iria concorrer a cargos políticos. Aquele momento para Sátiro foi de enorme descontentamento acerca da situação em que se encontrava como também tinha ficado sem condições de continuar naquele ambiente por conta que não poderia continuar prestando seus serviços e se beneficiando da chamada “revolução”.

No ano de 1967, com as movimentações do país, Castelo Branco deixa o cargo, e chega a falecer. Ernani Sátiro homenageia o presidente com um discurso, e com base na sua biografia, menciona a situação política em que o mesmo se encontrava no ano passado, para falar que:

[...] tendo encontrado circunstâncias adversas à minha candidatura como senador federal pela Paraíba, candidatura que eu, talvez um tanto ingenuamente, considerava natural, dentro dos quadros políticos do meu Estado, resolvi tirar-me de cena, não com um voto perpétuo de renúncia à vida pública, mas, de qualquer modo, num gesto que implicava longo afastamento, e quem sabe, em consequência, o encerramento de minha modesta carreira política (SÁTYRO, 1984, p. 98).

Desse modo, uma atitude considerada “ingênua” ao mencionar a sua candidatura para o cargo de senador, bem como mostrar resistência de sua parte para manter de pé seu nome e sua linhagem no campo político, Ernani Sátiro retiraria-se de cena no meio político? Ernani Sátiro foi salvo pela ‘revolução’, pois, em 1966, na convenção do partido arenista, o então presidente Castelo Branco direcionou-se a João Agripino e pediu para que o mesmo solucionasse a situação em que Sátiro se encontrava, pois, para o general-presidente era inadmissível que um “homem da revolução” não participasse efetivamente das ações, e do quadro político do partido (ARENA).

Desse modo, tanto Castelo Branco, quanto o marechal Arthur Costa e Silva demonstraram insatisfação com o afastamento da candidatura de Sátiro, e como ditadores pediram, deveria ser cumprido o pedido feito e assim, João Agripino incluiu Ernani Sátiro na disputa de 1966. Sendo assim, Castelo Branco e Costa e Silva salvaram Sátiro, abrindo mão da candidatura, abrindo vaga para deputado federal, onde foi preenchida por Ernani.

Portanto, Sátiro foi eleito pela sexta vez deputado, com 18.124 votos, dobrando os

votos da sua última eleição de 1962, onde recebeu 9.866 votos. Destarte, suas filiações e manifestações políticas no ano de 1962, conseguindo apoio financeiro e aproximações com a elite empresarial que iam contra das reformas impostas por Jango, e em 1966 a intervenção do presidente e de Costa e Silva, exigindo por parte da ARENA paraibana que não deixasse Ernani Sátiro de fora das questões políticas, pois o mesmo era ligado na política desde o início da “revolução” e os seus desdobramentos. Dessa forma, essas questões possibilitaram que o mesmo ganhasse mais um mandato, e fizesse parte da política regional e nacional.

3.4 DO “DECLÍNIO” NO CENÁRIO POLÍTICO A ASCENSÃO DE ERNANI SÁTYRO.

Conforme explanado no item anterior, Ernani Sátiro, figura deste estudo, passou um período conturbado dentro do cenário político nacional, mas o quadro foi totalmente revertido devido às suas filiações e movimentações na política. Desse modo, a partir do ano de 1967 Ernani Sátiro entra em um momento de ascensão, tendo em vista a sua ocupação em cargos importantes dentro da cúpula militar que comandava o país durante o regime instaurado, exercendo a chefia do governo Costa e Silva no congresso, e tornou-se presidente da ARENA. Ou seja, exercendo tais funções, o político paraibano acompanhou e apoiou de perto a expansão da repressão arquitetada e executada pelos militares.

Em alguns dos seus discursos, é possível perceber o seu posicionamento diante do cenário político repressivo, após as medidas tomadas pelos militares, dentre elas estava a Lei de Segurança Nacional, e Ernani Sátiro sempre justifica as medidas tomadas e as ações de quem estava à frente da “revolução”. Como citado na sua biografia, ele disse que:

Não somos uma Revolução envergonhada. Sabemos o que fizemos e por que fizemos. Eu mesmo ocupei esta tribuna, antes daquele movimento, cerca de vinte ou mais vezes, para reclamar contra tudo o quanto se praticava no Brasil em matéria de subversão e corrupção [...] havia uma verdadeira deformação e desmoralização das hierarquias [...] as próprias Forças Armadas eram, a cada momento, desrespeitadas na sua direção e na sua chefia, por movimentos de inferiores, alimentados pelo próprio presidente da República [...] Os estudantes que queriam estudar não podiam estudar, porque se armavam greves subversivas, greves dirigidas, greves teleguiadas, com os piquetes armados às portas das escolas [...] Os operários que queriam trabalhar, não podiam trabalhar, porque, do mesmo modo, se armavam as greves políticas, com os piquetes também instalados [...] os operários eram obrigados a fazer greve, sem querer, contra sua própria vontade, contra sua própria liberdade; greves essas que estavam a serviço das forças subversivas que dominavam a Nação [...] O desassossego nos campos, a pretexto de uma reforma agrária [...] também não podiam trabalhar os que queriam trabalhar, porque o que havia era a subversão, era o caos, era a desordem. Foi contra tudo isso que se fez a Revolução de 31 de março, foi contra tudo isso que procedemos arriscando a nossa própria vida, sacrificando nossas energias em benefício deste País (SÁTYRO, 1984, p. 76-77).

Ou seja, nas palavras de Ernani Sátyro, acima ele menciona que no período anterior da "revolução" existiam todos os tipos de subversão e desorganização no Brasil, e que o Regime Militar organizava tais instituições mencionadas, como: nas universidades, nas empresas, no setor trabalhista, etc. Justificando no seu ponto de vista, e de quem estava vinculado ao regime, o que levou de fato a consumação do golpe de 1964.

É possível perceber o vocabulário, termos e expressões utilizadas para a narrativa de defesa das ações que foram realizadas para a concretização do golpe militar. Ernani Sátyro enfatiza sobre o pré- golpe, mas também deixa em evidência que nenhuma das classes mencionadas em seu discurso, teria algum espaço no quadro repressivo da Ditadura Militar, como os movimentos estudantis, dos trabalhadores, dos operários e dos camponeses. Ressaltando que, os políticos que criticavam a Ditadura Militar poderiam ser perseguidos a qualquer instante, pois o Congresso Nacional estava atento a todas as falas e conversas, vigiando as ações dos parlamentares.

Podemos perceber o apoio de Ernani Sátyro a Lei de Segurança Nacional e ao regime em outro discurso, dizendo que:

Não nos envergonhamos de dizer que estamos dentro de uma revolução, e que houve cassações, de acordo com os Atos Institucionais. Deputados, cassados de acordo com os atos da revolução, não podiam continuar a exercer aqui seus mandatos. Temos a coragem de o confessar, não nos envergonhamos disso [...] que praticamos alguns males para evitar o mal maior da subversão, da desgraça, do caos e da própria destruição de nosso País (SÁTYRO, 1984, p. 78).

Nesse sentido, é possível perceber que Ernani Sátyro foi um político que defendia abertamente o Regime Militar e as suas ações, como a cassação dos mandatos de alguns deputados federais, que não eram compatíveis com a “revolução” como também, suas falas possuíam um teor autoritário, e com firmeza de poder dentro do Congresso. Isto é, a partir das análises dos seus discursos, o político paraibano participava diretamente e abertamente do processo repressivo em que o país vivia naquele momento.

De acordo com os acontecimentos da sociedade brasileira, a euforia dos movimentos contra o regime, e a derrota da votação no Congresso contra a cassação do mandato de Moreira Alves, para não colocar em risco a efetividade do regime, aconteceu a implementação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, um projeto já elaborado e que ia começar a ser colocado em prática.

Nessa perspectiva, o político patoense defendia que as manifestações impondo o fim do

regime não eram aceitáveis, ou seja, como chefe do governo Costa e Silva ele era favorecedor aos militares da Ditadura Militar e das ações tomadas pelos mesmos, alinhado aos interesses dos mesmos, ao ponto de ser condecorado com medalhas militares, as quais eram: “ Medalha do Mérito Tamandaré” (entregue pelo Ministro da Marinha, em 1968), “Ordem do Mérito Militar” (concedida pelo presidente Costa e Silva, em 1968) e Medalha do Pacificador (1967, concedida pelo Ministério da Guerra).

Assim sendo, enquanto a sociedade brasileira passava por um processo de restrição de liberdades, repressão, violência e tortura, muitas pessoas sendo vítimas do regime e vivendo nos porões escuros, sobrevivendo a péssimas condições, de um outro lado Ernani Sátyro era condecorado com medalhas, que era um prêmio concedido aos torturadores. O mesmo sendo premiados pelos militares pelo reconhecimento de serviços prestados ao exército, enquanto a sociedade brasileira sofria com repressão e violação contra os direitos humanos. Mas qual seriam esses serviços? apoiar a tortura e a violência em prol de um Brasil melhor?

A partir do exposto, podemos pensar quais foram os seus serviços prestados, pois, era líder do Governo Costa e Silva e presidente da ARENA, onde o mesmo tinha uma posição importante bem como o seu reconhecimento, que foi concedido por militares de cargos importantes, e que praticavam torturas.² É preciso considerar que não se tratava de uma mera condecoração. Elio Gaspari (2014, p. 24-25) chama atenção que em 1975, “apenas 42 dos 769 capitães da infantaria podiam colocá-la na túnica”. Em “março de 1972, o ministro Orlando Geisel concedeu a Medalha do Pacificador a Carlos Alberto Brilhante Ustra”.

Desse modo, com todos os reconhecimentos feitos, o presidente Costa e Silva provou que ainda poderia declarar novamente mais um reconhecimento a Ernani Sátyro, onde o mesmo foi nomeado ministro do STM (Supremo Tribunal Militar), passando a assumir a função mais alta entre os militares, no ano de 1969, ficando no cargo somente por quatro meses. Mas, já havia especulações de que Ernani Sátyro ocuparia o cargo de governador do estado na escolha dos nomes em 1970.

² É preciso considerar que não se tratava de uma mera condecoração. Elio Gaspari chama atenção que em 1975, “apenas 42 dos 769 capitães da infantaria podiam colocá-la na túnica”. Em “março de 1972, o ministro Orlando Geisel concedeu a Medalha do Pacificador a Carlos Alberto Brilhante Ustra” (GASPARI, 2014, p. 24-25).

Figura 01: Ministro do Supremo Tribunal Militar



Fonte: Perfis Parlamentares, 2011, p. 779.

Como pode ser visualizado na figura acima, Ernani Sátyro foi condecorado com um cargo de maior importância no período do Regime Militar, e, indicado diretamente pelo Presidente da República, mostrando que, as movimentações políticas surtiram efeitos “positivos”. Em vista disso, os primeiros seis meses dos anos 70 foram marcados pelas tensões da escolha dos governadores, tratava-se de um momento que, dentro desse cenário o nome escolhido para a ocupação do cargo de governador seria responsável pela condução do Estado, diante do Regime Militar autoritário, onde fosse capaz de reprimir todas e quaisquer manifestações opositoras daquela época.

3.5 O GOVERNO SÁTYRO NOS ANOS DE CHUMBO: MANIFESTAÇÕES E POSICIONAMENTOS ENQUANTO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

Com a vigência do AI-3, ficava estabelecido que as eleições para o cargo de governador seriam de forma indireta, ou seja, os nomes seriam escolhidos pelo presidente, e em seguida votados pelas Assembleias Estaduais. No dia 9 de junho de 1970, saiu a notícia de que o político paraibano Ernani Sátyro seria escolhido para o cargo de governador da Paraíba. Mas, para ser efetivada essa escolha, é possível analisar os discursos, e posicionamentos para acontecer a transição do governo João Agripino para Sátyro, bem como o processo que levou a escolha dos nomes.

De acordo com o quadro político nacional, e os acontecimentos na sociedade brasileira de repressão, cassação de mandatos, torturas e violências, é de se questionar quem iria contra as imposições do presidente, pois, diante do processo “eleitoral”, foi montado um projeto de repressão que estava em curso, e que tinha como objetivo mantê-lo e dar continuidade, tendo um papel decisivo para a manutenção do Regime Militar.

Com base nesses fatores, Ernani Sáttyro foi escolhido para governar a Paraíba entre os anos de 1971 a 1975. Pois, desde o pré-golpe, foi possível perceber as movimentações e vinculações de Ernani Sáttyro, com as forças de elite e conservadoras, ele era do partido UDN, no qual defendia questões de direita comparado a outro partido, participou da deposição de João Goulart com seus discursos contra o mesmo em 1963, ingressou no Bloco Parlamentar Revolucionário, foi salvo no campo político por Castelo Branco e foi líder do partido Arena como também do governo Costa e Silva, fazendo parte do Supremo Tribunal Militar. Desse modo, a partir do seu histórico político social, seu nome conseguiu vencer indiretamente as eleições de 03 de outubro de 1970.

Assim sendo, da forma em que se encontrava a conjuntura política, o patoense conseguiu o cargo de governador, e nos faz questionar: se o país não se encontrasse nessa situação, e as eleições os votos partissem da população, será que Ernani Sáttyro seria eleito se houvesse de fato, eleições democráticas? Esses questionamentos nos levam a refletir sobre a popularidade do mesmo na sociedade paraibana, como mencionado em periódicos, no diário da Borborema, é possível encontrar uma reportagem que trata justamente dessa característica antipopulista de Ernani Sáttyro:

“ruim de urna” - o futuro governador Ernani Sáttyro nunca perdeu uma votação para deputado, mas nunca teve votação expressiva. Seus assessores explicam, confidencialmente, que é porque ele não morre de amores pelas concentrações populares e porque não é orador de massa no sentido populista do termo” (Diário da Borborema, 3 out. 1970).

De acordo com o periódico, o futuro governador da Paraíba era ruim de voto por conta de não ser tão popular e não demonstrar amor pelas massas. Mas de acordo com período ditatorial, o candidato não precisava do apoio das pessoas e não importava os seus vínculos com a população para legitimar seu cargo. Nessa perspectiva, ao analisarmos os posicionamentos e discursos entre 1961 até 1971, é notório como ele foi um político que ascendeu diante da conjuntura nacional através dos seus discursos, ações e falas que, caminhavam com o regime, considerado um “homem da revolução”, e com isso, transcende no seu cargo mais alto diante de sua trajetória política, o qual foi assumir o governo do Estado da Paraíba, graças a sua produção histórico-social no quadro político a partir das situações

com a cúpula do Regime Militar.

Dessa forma, não só Ernani Sátiro, como todos os governadores dos anos de chumbo, ingressaram na política e tiveram importância devido à posição de classes que os mesmos ocupavam, visto que utilizaram do poder econômico e social como ferramenta para o avanço na política. Assim, esses aspectos voltados para filiações e poderes socioeconômicos, um histórico associado às forças burguesas conservadoras e oposição ativa ao populismo tornou-se determinante para a continuidade dos mesmos na vida pública após o golpe de 1964. Portanto, para manutenção da autoridade no setor regional juntamente com o projeto político instaurado na sociedade se funde e busca a preservação para a continuidade de blocos dominantes e autoritários no cenário político nacional.

Vale enfatizar que, dos muitos políticos que apoiaram o golpe militar motivados por interesses políticos e particulares, deixaram de apoiar o mesmo, no qual estavam Pedro Gondim e Carlos Lacerda. Pois, os mesmos viam que não seria uma intervenção passageira, e não seria rápida para conseguir “normalizar” a sociedade política brasileira com a volta da democracia. Uma vez que a consumação do projeto político se deu devido ao apoio da elite empresarial, as oligarquias e o setor dominante economicamente, que pensavam nas futuras atuações no país, que teria como finalidade atender às suas demandas. Resumidamente, os políticos que fizeram parte ativamente no pré-golpe, foram os mesmos que estavam no quadro para o governo dos estados, e foram escolhidos pelo presidente, com intuito da conservação do projeto político em execução, bem como dar continuidade a ideia central de um autoritarismo controlado pelos militares.

Assim sendo, com a efetivação dos cargos para governador, Ernani Sátiro representando o Estado paraibano, toma posse enquanto governador, e começa a sua atuação na sua respectiva função. Inicialmente, pode-se citar a respeito da relação entre imprensa e o governo de Ernani Sátiro, no qual o mesmo procura estabilizar as ligações, principalmente com o jornal *A União*, do estado da Paraíba, que nos anos de 1971 a 1975 o referido periódico passou por mudanças intensas, com a objetivação de potencializar o poder das informações que eram circuladas na sociedade, onde eram pautadas matérias de interesse do governo Estado, como também o patoense construía sua imagem enquanto governador, demonstrando através das notícias os seus posicionamentos ideológicos, suas ações políticas e as realizações das suas obras durante o seu governo.

Segundo a biografia de Ernani Sátiro, em um dos seus discursos ele menciona a importância do periódico e enfatiza a necessidade do mesmo, podendo perceber na sua afirmação:

A União só acaba se meu governo acabar [...] Eu quero A União assim: viva e permanente. Eu quero A União expressando a palavra do governo, defendendo o governo toda vez que isto for necessário [...] Indica que a Direção deste órgão está correspondendo à orientação do governo. Está cumprindo as ordens do governo, aparelhando-se para prestar os serviços tão esperado de sua capacidade e das suas responsabilidades perante a Paraíba (SÁTYRO, 1994, p. 37-38).

No seu discurso, ele enfatiza a importância do jornal e qual será o caminho do mesmo no seu governo. Sendo assim, ao observar o periódico no período de governo de Ernani Sátiro, é possível perceber a ênfase que o mesmo aplica a imagem do governador, mencionando diversos momentos, ações, eventos, inaugurações de obras, situações, reuniões, festividades cívicas, etc, e assim, colocando em evidência os seus feitos em prol de um Estado de avanço. Neste seguimento, é possível observar que não é repassada a imagem de um Brasil, ou da Paraíba violenta e repressiva, mas, quando Ernani Sátiro assumiu o seu mandato de governador, já era existente e havia o funcionamento de ambientes e repartições para a repressão, como o DOPS em João Pessoa, e a Granja do Terror, em Campina Grande.

Esses espaços eram voltados para as práticas de torturas, violências e interrogatórios, onde levavam os presos para essas unidades, demonstrando que era de conhecimento do governo esses locais e as formas de condução dos mesmos. Mas, vale ressaltar que não existe comprovação da atuação de Ernani Sátiro nos episódios de violência e tortura nos anos de chumbo nos ambientes repressivos nos anos de 1971 a 1975, mas, de acordo com o acesso as diversas fontes e relatos da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM), é possível compreender que mesmo que o governador não tenha relações diretas com os casos de torturas, sabe-se que houve durante o seu mandato práticas de violência e episódios de repressão promovidas pelo estado autoritário, no qual Ernani Sátiro fazia parte.

Portanto, o enredo em que propiciou a escolha dos governadores das “eleições” de 1970, está inserido dentro dos parâmetros que o Regime Militar havia implementado, e os interesses de ambos. Onde, os governadores seriam importantes para a manutenção do projeto político militar daquela época, ocupando locais centrais nas esferas de poder e repressão que foi iniciado no ano de 1964, a partir dos interesses da elite empresarial e latifundiária, propondo a permanência do Regime Militar.

3.6 ERNANI SÁTYRO: O AMIGÃO DO POVO OU OLIGARCA MODERNO?

Como uma das questões norteadoras deste estudo, procuramos discutir o político Ernani Sátyro problematizando a sua memória política como amigão ou oligarca moderno. No que se refere a política regional e estadual, é necessário entender como ocorre o processo de manutenção oligárquica e poder em uma sociedade. O contexto da política estatal paraibana desde o século XIX, como funcionava e a construção da imagem de “homens de poder”, responsáveis pelo andamento da estrutura político-social da Paraíba.

Durante a formação dos grupos oligárquicos do estado, foi totalmente voltadas para homens das quais as bases familiares estavam firmadas e estabelecidas nas terras e poder, localizadas e dominados por grupos de parentelas do estado, como afirma Gurjão (1999):

Na Paraíba, as acirradas disputas político-eleitorais, o monopólio dos meios de produção, a dominação pessoal exercida pelos ‘coronéis’ sobre os trabalhadores, a política clientelista e o controle da máquina estatal concentraram o poder nas mãos de cerca de três dúzias de famílias distribuídas por vários municípios, tais como os Dantas – em Teixeira, os Suassuna – em Catolé do rocha, os Cunha Lima – em Areia, os Pessoa – em Umbuzeiro e os Sátiro – em Patos. [...] os grupos dominantes locais se compõem e recompõem, preservando, assim o seu poder, embora subordinando-se a nível nacional e ao predomínio das oligarquias do Sudeste (GURJÃO, 1999, p. 56-57)

De acordo com a autora, a política nacional e estadual é estruturada por determinadas famílias e instituída a partir das suas condições, prestígios e poder, para a continuidade da sustentação política na Paraíba. Entretanto, para a efetivação dos mesmos, é necessário entender as características fundamentais da época para poder haver a consolidação e predominância das oligarquias, as quais eram a formação acadêmica, tornando-se homens das leis e das letras, e esse quesito transformando-se em base para a sustentação de poder.

Nesse contexto, entende-se que a estruturação de poder do século XIX e início do século XX, vem das atuações políticos sociais em determinados locais, como também as relações de poder e filiações das respectivas famílias, nas quais faziam parte de uma elite latifundiária, e visavam os seus interesses. A partir do exposto, podemos entender as configurações que edificou a trajetória de Ernani Sátyro, bem como o mesmo deu continuidade ao quadro em que estava inserido. Desde as suas primeiras ações e posturas enquanto figura política até chegar ao cargo de governador da Paraíba. Em vista disso, neste subtópico iremos discutir o seu papel enquanto governador, e os seus feitos, pensando quais seriam suas intenções, se era “ficar marcado na história como o amigão do povo”, que fazia pelo povo paraibano, ou seus discursos e atos eram pensados na manutenção da sua linhagem familiar, atendendo aos seus

interesses enquanto oligarca, participante de uma elite latifundiária e de poder regional.

Antes de iniciar as discussões em torno dos feitos e realizações de Ernani Sátiro, é preciso mencionar a questão econômica da Paraíba entre os anos de 1971 a 1975, período em que ficou marcado como o “milagre econômico” no país, levando em conta o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), no qual, durante a Ditadura Militar no Brasil, o setor econômico passou por diversas alterações, atendendo aos interesses diversos da sociedade brasileira. Nesse sentido, as obras realizadas no governo de Sátiro podem ser compreendidas nas transformações acerca da política econômica nacional, dando continuidades no âmbito local, observando o reflexo do milagre econômico no estado da Paraíba. Pois, o patoense recepcionou as bases econômicas descendentes de governos anteriores, justamente porque o governo de João Agripino estava introduzido no cenário político inicial do milagre econômico nos anos iniciais de 1967 e 1970.

Figura 02: Sapé - BR-230



Fonte: Arquivo da Fundação Ernani Sátiro (FUNES)

O slogan do político paraibano “Construir e Humanizar” enfatizava como foi o seu governo, descrevendo as milhares de obras feitas na sua gestão, como a industrialização, dando continuidade às obras e aos investimentos que estava em andamento, voltados para o desenvolvimento da Paraíba. Havendo grande crescimento em investimentos e construções,

colocando o estado em posição de destaque através do avanço industrial, principalmente nos setores alimentícios, têxtil, mobiliários e minerais não metálicos, e tendo como reflexo do avanço, um aumento significativo de novos postos de trabalhos para a população paraibana.

Com base no cenário apresentado, nos anos do governo de Ernani Sátiro o que resultou nas produções e avanços na Paraíba no âmbito industrial, aconteceu justamente devido aos incentivos por parte do governo do estado, juntamente com o governo federal, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que foram responsáveis pela criação das condições de investimentos e inserção de indústrias, como resultado, o crescimento econômico industrial na Paraíba.

Dessa forma, a política e a propaganda caminhavam de mãos dadas durante o governo de Ernani Sátiro, podendo ser observada na publicação do periódico Diário da Borborema, onde é possível perceber como colocava a imagem de Sátiro diante da sociedade, no texto referido as obras do patoense:

A ação foi a tônica. Construir e humanizar foi o meu lema. A Paraíba andou em tempo de trabalho. Obras mudaram a feição do estado, pela atualidade, pela dimensão social, pelo significado econômico. Quatro anos de trabalho até o último dia. Os edifícios, as estradas, os estádios, as adutoras, são obras que vemos, tocamos e sobre elas caminhamos. São a infraestrutura para que delas brotem e cresçam produtoras [...] Construir e humanizar. Aí está o binômio que inspirou o trabalho político no melhor dos sentidos. [...] Polícia para garantir a ordem e a liberdade (Diário da Borborema, Caderno especial. 01 mar. 1975).

Nos discursos e nos textos voltados para o governador, percebe-se o aspecto de sempre colocar em evidência as obras realizadas pelo mesmo, citando as estradas, edifícios e estádios. Ou seja, publicando todas as suas feitorias durante sua gestão, privilegiando as elites que faziam “desenvolver” o capitalismo no país. Desse modo, é possível perceber que as construções juntamente com a atuação governamental, o milagre econômico e a propaganda política, caminhavam de mãos dadas com uma única finalidade, a qual era a exaltação do governo durante a ditadura. Portanto, uma tentativa de divulgação dos feitos do Regime Militar através da divulgação das obras e realizações, o avanço econômico e as questões de investimentos industriais.

Enquanto isso, ao observar as fontes que repassam os acontecimentos, obras e realizações de Sátiro, é possível perceber a exaltação das suas obras durante dos anos de seu governo, as quais foram: Estádios, rodovias BR-230, BR-344, eletrificação rural, conjuntos residenciais, prédio da gráfica A União, Centros administrativos, colégios, convênios, etc.

Figura 03: Construção do Centro Administrativo



Fonte: Arquivo da Fundação Ernani Sátiro (FUNES)

Figura 04: Inauguração do estádio Almeidão - 1975



Fonte: Arquivo da Fundação Ernani Sátiro (FUNES)

Figura 05: Inauguração dos conjuntos habitacionais.



Fonte: Revista do Fisco, Paraíba, nº32, mar./1975

Sendo assim, as empresas enalteciam o governo de Sátyro, devido às construções, de empresas públicas e privadas, podendo mencionar a CAGEPA, onde nos jornais lançava a matéria seguinte:

O número de ligações hidráulicas domiciliares em 1971 a 1975, aumentou de 40 mil e poucas para mais de 132 mil. Resolveu o problema de saneamento das principais cidades do Estado. [...]. As estações de tratamento do saneamento de Campina Grande e as obras de engenharia da II Adutora de Boqueirão equiparam-se às maiores obras de engenharia sanitária da América do Sul (Diário da Borborema. Caderno Especial, 15 mar. 1975).

Outras revistas e matérias de jornais destacavam edições para Ernani Sátyro, onde mostravam as obras do governador, e mencionava a transição de governos, expondo em mais de 20 páginas os setores de realizações, como na agricultura, turismo, finanças, rodoviário, bancos, instituições, tais eram: CAGEPA, SUPLAN, SAELPA, e CINEP.

Figura 06: Centro Administrativo Integrado



Fonte: Revista do Fisco, Paraíba. nº 32/1975

Figura 07: Galpões Multifabris da CINEP



Fonte: Revista do Fisco, Paraíba, nº32, mar./1975

Figura 08: Inauguração de Obras - SUPLAN



Fonte: Arquivo Nacional Ernani Sátyro (FUNES)

Figura 09: Cagepa



Fonte: *Revista do Fisco*, Paraíba.nº32./ 1975.

Observando as fotografias acima, percebe-se que houve continuidade do “milagre econômico” na Paraíba durante os anos de 1971 a 1975, como exemplo, as obras realizadas

em todo o estado, que serviam de propaganda para o governo, enaltecendo o lado “bom” do regime, bem como inserindo o estado nas práticas econômicas, mas também, privilegiando cada vez mais as elites que faziam parte desse projeto industrial local e nacional. Nesse sentido, os indivíduos que participavam ativamente da burguesia, se aproximavam cada vez mais do Regime Militar, apoiando o mesmo, pois, como resultado, havia a concretização das suas demandas a partir dos seus interesses.

Ou seja, a repressão e o salto do milagre econômico faziam parte do projeto político inserido na Ditadura Militar, juntamente com a marca oficial do governador paraibano, que tinha como lema seguir o slogan “Construir e Humanizar”, mas, ao analisar a discussão do capítulo, é possível chegar a conclusão de que, será que Ernani Sátiro construiu e humanizou para toda a sociedade paraibana, das classes mais baixas, ou somente atendeu aos interesses de uma elite do estado paraibano, aos latifundiários e os grandes empresários, na qual a classe referida era a que o mesmo estava inserido?

Isto posto, reflete em um cenário de troca de interesses e poder diante de uma sociedade local e nacional, atendendo aos grandes homens, enriquecendo os que estão no topo e proporcionando relações de comando, dando continuidade ao cenário do século XIX, onde prevalece as oligarquias com poderio de dominação de uma população, manipulando as situações, maquiando as feitorias para o povo, e necessitando dessas relações para a permanências das famílias locais no poder. Todas as manifestações e movimentações de Ernani Sátiro refletem que o mesmo pretendia atender às suas demandas, e os seus interesses e de uma elite empresarial, e latifundiária, desde os seus primeiros discursos, procurando colocar-se onde fosse mais beneficiado.

3.7 A IMPORTÂNCIA DA IMPRENSA NA MANUTENÇÃO DA MEMÓRIA DE SÁTYRO NO SERTÃO PARAIBANO

As descrições e exposições museológicas da figura política deste estudo, parte dos seus discursos, e dos seus posicionamentos. Um oligarca, “o amigo velho”, fazendeiro, político, e de linhagem familiar considerada de elite local, atuações marcadas pelo conservadorismo e a defesa dos interesses por parte dos dominantes. Essas são as características de Ernani Sátiro, político paraibano oriundo do sertão paraibano, na cidade de Patos, onde ocupou cargos de prefeito, deputado e governador do estado da Paraíba.

Nestes termos, o mesmo possuía características que eram compatíveis com a política instaurada no Brasil a partir de 1964, seguindo uma estrutura, Sátiro manteve-se ativo na vida

pública e contribuindo para o fortalecimento dos projetos instituídos nas políticas locais e nacionais.

Desse modo, ele sempre foi um homem que registrava os seus discursos, posições, e manifestações no meio social, tendo em vista que sempre foi um homem político e público, nos mais variados cargos. Diante disso, a imprensa teve papel fundamental para hoje ser realizada essa manutenção e perpetuação da memória da figura política citada. Nesse sentido, como menciona na sua biografia:

Eu quero é que no meu governo ela [a imprensa] seja realmente a UNIÃO de todos os paraibanos, a UNIÃO de todas as nossas aspirações e inspirações, a UNIÃO de todos os nossos propósitos de progresso, pelo desenvolvimento do nosso estado [...] E vamos aprimorar cada vez mais o jornal na sua feição intelectual principalmente como órgão de imprensa moderno [...] E teremos oportunidade, então, através de uma gráfica bem aparelhada, de fazer publicar livros [...] A gráfica oficial vai ser também uma indústria, ela vai vender [...] (SÁTYRO, 1994, p. 134).

Figura 10: Prédio da gráfica e editora *A União*



Fonte: Revista do Fisco, Paraíba.nº32/1975.

Como mencionado anteriormente no seu discurso, Sátyro enfatizava a questão da importância do periódico, que seria não somente para noticiar os fatos que ocorriam na sociedade brasileira e paraibana, mas também era um meio de enaltecer a imagem do mesmo, e deixar sempre em evidência apenas as coisas boas da sua gestão, como as construções, investimentos e avanços no estado.

E, a partir dessas publicações, e de como a imprensa retrata os anos do seu governo (1971-1975) é possível entender a manutenção do homem de bem que ele era, atendendo as necessidades do país e do seu estado, e mantendo em destaque o papel de homem que preservava a família, os bons costumes, e trabalhava em prol de uma paraíba avançada. Não só é possível compreender essa imagem a partir dos periódicos e publicações da época, como também, é existente a manutenção de um museu na cidade de Patos, denominada de FUNES.

Figura 11: Fundação Ernani Sátyro



Fonte: Arquivo da Fundação Ernani Sátyro (FUNES)

Sendo assim, a criação da Fundação Ernani Sátyro representa não somente a conservação da imagem do patrono, mas sim, toda a linhagem da família Sátyro e suas atuações antes e depois das suas atividades no campo político social. Por isso, além de ser um ambiente significativo para a construção da memória coletiva da cidade de Patos como também da região do sertão paraibano. A fundação pode ser percebida como principal atuante no tempo presente, pela participação ativa na preservação e propagação existente acerca do patrono patoense. Nesse sentido, as narrativas criadas em torno da FUNES servem como

ferramenta de continuidade acerca das representações e ideias, que são inteiramente contrárias a respeito de Ernani Sátyro.

Conseqüentemente, a imagem que é construída acerca do patrono é realizada no campo político-discursivo, uma vez que, é feita uma seleção apenas dos feitos que é necessário deixar em evidência no ambiente, para assim, dar continuidade nas gerações seguintes à manutenção das suas ações. Dessa forma, essa representação pensada e arquitetada, tem como finalidade o funcionamento da legitimação do indivíduo e as suas memórias.

Não obstante, o que fica claro é que os discursos utilizados para justificar a não existência da figura deste estudo com os ideais do período ditatorial são reproduzidos, moldando a imagem de um homem íntegro, com o anseio de se criar uma verdade em torno da concepção que motivaram as suas atuações políticas. Ou seja, o que também fica claro são os posicionamentos de Sátyro diante das situações ocorridas nos determinados anos, como no Regime Militar, tentando distanciá-lo dos ideais do referido período, justamente devido sobre o que se passou naquele momento histórico, que foi a violência e repressão, atentado aos direitos humanos e a falta de liberdade na sociedade.

Em suma, toda a criação museológica e memorialística recebe uma seleção do que deve ser ou não ser lembrado. Dessa forma, a intencionalidade e reforço de manter viva a memória de “herói”, “honra”, que é posto diante da figura de Ernani Sátyro, vai no propósito de perpetuar os ideais que forjam a imagem do patrono em vida, bem como a manutenção de interesses nos tempos presentes, tais são esses interesses dos seus parentes políticos, que possuem a mesma linhagem familiar, que se mantém em cena mesmo após a sua morte. Portanto, toda a exaltação existente acerca de Ernani Sátyro e da Fundação que servem como estímulo para deixar em evidência quem foi a família, e a sua importância não só em Patos, mas como na região, e manter as influências, valores e prestígios contínuos e estáveis por parte de um determinado grupo.

Figura 12: Local de condecorações de Ernani Sátyro na FUNES



Fonte: PBTUR

É importante observar na figura acima, a forma que é exposto todas as suas medalhas, colocando uma imagem de um "homem de valor" e de "referência" na cidade de Patos, Paraíba. Desse modo, o uso dos discursos acerca da sua figura na sociedade, e o uso da memória, o colocam em um lugar de exaltação devido a sua vida política, suas filiações e suas movimentações.

Portanto, a imprensa, principalmente os periódicos, revistas e a Fundação Ernani Sátyro são responsáveis pela manutenção da memória no imaginário das pessoas, com a demonstração aberta ao público com toda sua trajetória de vida, e atuante político, suas medalhas e condecorações, permitindo o indivíduo force o imaginário, e colete apenas o que vê em um primeiro momento, abraçando os discursos ali proferidos e criando o cenário na cabeça e repassando o mesmo, como também a única forma da "permanência" da imagem de Sátyro e sua família na sociedade, visto que a mesma possui uma simbologia no local acerca das práticas políticas que envolveram o patrono em torno dos seus exercícios de poder na sociedade brasileira. Um homem e político moderno, amigo dos amigos e dos seus interesses de poder. Enfim, esse estudo pretende ser mais uma contribuição para a história social e local, para a história política, e assim, servir de inspiração para novos aprofundamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória política de Ernani Sátyro, como vimos ao longo da monografia, é cheia de movimentações e ações marcadas por seus interesses. Para tal, vimos que estava sempre filiando-se e quem melhor atendesse às suas demandas. Nessa perspectiva, o mesmo construiu por meio da sua trajetória, um lugar para si e a sua família no campo da história política e da história local, mais precisamente no sertão da Paraíba a partir da cidade de Patos-PB. Devido à sua atuação enquanto político por muitos anos, uma carreira consolidada, tem seu nome reconhecido em todo o estado e país, pontuados a partir das relações próximas ao coronelismo e clientelismo, por relações pessoais do que partidárias, em que prevalecia as práticas de troca de favores e consideração. Por isso, o seu legado e seu nome são encontrados sempre estando em evidência em um lugar de memória, a partir da sua intelectualidade e os espaços ocupados enquanto autoridade cultural e política a exemplo da Fundação Ernani Sátyro - FUNES, os livros, as biografias, os periódicos, seus discursos, como também os documentos digitais encontrados nos acervos.

Segundo sua trajetória, o presente trabalho buscou traçar os diálogos e as concepções acerca do patrono, Ernani Sátyro, tendo como objetivo pensar as suas relações e atuações no cenário político local na cidade de Patos, na Paraíba, abrangendo o Nordeste, no âmbito nacional. Evidenciando seus discursos e compreendendo suas intenções em cada momento ou circunstância no qual esteve inserido ao decorrer da sua trajetória política.

Vimos como e onde o político paraibano e patoense se moveram a ponto de ser destacado no pós 1964 e contemplado com homenagens em forma de museu, mantendo a sua imagem viva diante na sociedade local e regional, exibindo os seus feitos e os seus lugares ocupados enquanto parlamentar. Promovendo o não esquecimento de quem foi Ernani Sátyro, e permitindo que as novas gerações conheçam essa figura política, que vivenciou momentos no cenário político do estado da Paraíba.

Desse modo, o uso dos discursos foi útil para entender as indagações acerca da temática desta monografia, relacionado ao âmbito político nacional, regional e municipal. Portanto, lidamos com essas representações sociais existentes a respeito das figuras políticas de importância no país entendendo que se dão justamente pelas relações de poder passadas, e suas heranças no presente por meio dos herdeiros políticos, e que mantendo a memória viva restauraram as ligações na sociedade, através de articulações com as instâncias governamentais do estado e do país, perpassando para as gerações os saberes políticos e

culturais, e colocando o nome em um lugar de mérito diante dos demais políticos, ou seja, constroem linhas de continuidade que no caso são parentelas daquele falecido “homem do povo, gestor e patrono”.

Dessa forma, conclui-se que a presente pesquisa conseguiu responder os questionamentos e indagações a respeito da figura política Ernani Sátiro bem como suas movimentações, e discutir os seus discursos, posicionamentos e inserção nas instâncias de poder, por meio do diálogo entre as fontes históricas, desde jornais, até a sua biografia.

Por meio desse percurso, vimos um Ernani Sátiro que sempre se posicionou a respeito de atender os seus interesses enquanto latifundiário, onde fazia parte de um meio social elitizado, com intuito de sempre manter o poder e relações que o beneficia, movimentando-se diante do cenário político, e articulando discursos que, repercutiria futuramente, colocando-o em um lugar de prestígio diante da conjuntura político social estadual e nacional. Nessa perspectiva, a partir das suas manifestações políticas, ocupa um espaço no estado, onde sua memória é perpetuada, a partir dos seus feitos enquanto parlamentar. Um patrono, oriundo do sertão paraibano que passou por diversas instâncias de poder, ocupando lugares que atendessem aos seus interesses. E como questão norteadora, entendemos que é razoável enxergar o político como um novo oligarca, amigão dos seus.

Por último, entendemos que a importância desse trabalho se verifica naquilo em que o mesmo se volta para a história política da cidade de Patos, Estado da Paraíba, e da Paraíba sob a perspectiva do entendimento das relações de poder que faz com que algumas famílias se apossam da política, sendo uma contribuição que deveria despertar perspectivas e novos olhares a respeito da temática pois instiga ao aprofundamento na temática, e em novas possibilidades para possíveis novos estudos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Gondim Ramiro. **Revista do Fisco: Finanças, economia e administração.** Paraíba, nº32, mar./1975. Disponível em: <https://novarevistafisco.com.br/wp-content/uploads/2021/02/n_32_web.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.
- BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo.** Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Disponível em: <<https://marxismo21.org/wpcontent/uploads/2015/04/A-UDN-e-o-Udenismo-M-Victoria-Benevides.pdf>>. Acesso em: 20 maio de 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual.** Buenos Aires: Folios, 1983. _____ . O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BAUMANN, Eneida Santana. **O Arquivo da Família Calmon à Luz da Arquivologia Contemporânea.** Salvador, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHAGAS, Carlos. **A Ditadura Militar e os golpes dentro do golpe** [recurso eletrônico]: 1964-1969. 1. ed.- Rio de Janeiro: Record, 2014.
- CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino - Paraíba (1965-1971).** Bauru: Edusc, 2006.
- Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Acesso em 26 de outubro de 2023.
- DREIFUSS, Rene Armand. 1964: **A conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FALCON, Francisco. História e poder. *In:* CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FERNANDES, Flávio Sátiro. **Ernani Sátiro: Amigo Velho - Uma biografia.** João Pessoa: A União, 2018. v. 1.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 7ª edição / 3ª reimpressão, tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, - 7.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____, Michel. **Estratégia, poder-saber (Ditos e escritos IV)**. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GIANNAZI, Carlos. **A doutrina de Segurança Nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____, Carlos. **O contexto da política Paraibana pré-golpe de 1964**. São Paulo: Cortez, 2013.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. *In.*: **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias. Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.

LEWIN, Linda. Parte Dois: **Política e Parentela: capítulo III e capítulo IV**. *In.*: LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993. Tradução de André Villalobo.

_____, Linda. **Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate historiográfico**. *In.*: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org). 1964: 50 anos depois a ditadura em debate. Aracaju: EDISE, 2015.

MENDES, Valber Nunes da Silva. **Um “homem da revolução”**: a atuação política de Ernani Sátiro como governador da Paraíba (1970-1975). 2019. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

Disponível em:

<<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/6799/1/VALBER%20NUNES%20DA%20SILVA%20MENDES%20%E2%80%93%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%28PPGH%29%202019.pdf>>. Acesso em: 03 de junho de 2023.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Ana Victória de Medeiros; SILVA, Laercio Teodoro da. **Política e parentela no sertão paraibano: A continuidade da representação de Ernani Sátyro segundo a FUNES**. História e Historiografia: experiências de pesquisa, Sobral, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia Para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. **Planejamento e conflitos de classe**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. Uma História Presente. *In.*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

ROLIM, Marcos. 1960 – **A síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública ao século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed; Oxford Inglaterra: Universite of Oxford, Center from Brazilian Studies, 2006.

ROSA, Tiago Barros. O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v.6, n.1, p. 3-12, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/9933/6882>>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

SANTOS, Mauricio dos Santos Ferreira dos; TRAVERSINI, Clarice Saete. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. *In.*: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/DwpK4HtPqRSk3Rg3pDQCdwH/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

SÁTYRO, Ernani. Tradição e Renovação. Organização e apresentação de Flávio Sátyro Fernandes. Patos: Fundação Ernani Sátyro, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Lilia Moritz Schwarcz–1. ed.-São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WEBER, M. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/weber-m-economia-e-sociedade-fundamentos-da-sociologia-compreensiva-volume-2.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.